

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS
PROGRAMA DE MESTRADO DE HISTÓRIA

JOSÉ MARCELO DE OLIVEIRA

**MIGRAÇÃO, TERRITÓRIO E RELIGIOSIDADE NO OESTE DE GOIÁS:
O CICLO DE NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO NA
CIDADE DE IPORÁ**

GOIÂNIA
2012

JOSÉ MARCELO DE OLIVEIRA

**MIGRAÇÃO, TERRITÓRIO E RELIGIOSIDADE NO OESTE DE GOIÁS:
O CICLO DE NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO NA
CIDADE DE IPORÁ**

Dissertação apresentado ao Programa de Pós-Graduação em História e Poder, pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás, para obtenção do título de mestre em História.

Área de concentração: Cultura e Poder.

Linha de Pesquisa: Espaço, Território e Religiosidade.

Orientador: Prof. Dr. Eduardo Gusmão de Quadros.

GOIÂNIA
2012

O48m Oliveira, José Marcelo de
Migração, território e religiosidade no Oeste de Goiás
[manuscrito] : o ciclo de Nossa Senhora do Rosário
na cidade de Iporá / José Marcelo de Oliveira.-- 2012.
97 f.; il.; 30 cm

Texto em português com resumo em inglês.

Dissertação (mestrado) -- Pontifícia Universidade
Católica de Goiás, Programa de Pós-Graduação STRICTO
SENSU em História, Goiânia, 2012

Inclui referências, f. 95-97

1. História - Iporá (GO). 2. Religiosidade - Iporá
(GO). 3. Migração - Iporá (GO). 4. Goiás (Estado)
- História - século XIX. I. Quadros, Eduardo Gusmão
de. II. Pontifícia Universidade Católica de Goiás.
III. Título.

CDU: 94(817.3)(043)



**PUC
GOIÁS**

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA

Av. Universitária, 1069 • Setor Universitário
Caixa Postal 86 • CEP 74605-010
Goiânia • Goiás • Brasil
Fone: (62) 3946.1070 • Fax: (62) 3946.1070
www.pucgoias.edu.br • prope@pucgoias.edu.br

DISSERTAÇÃO DO MESTRADO EM HISTÓRIA DEFENDIDA EM
27 (VINTE E SETE) DE JUNHO DE 2013 (DOIS MIL E TREZE) E
APROVADO PELA BANCA EXAMINADORA.

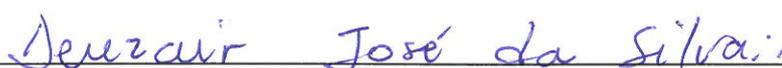
1) Dr. Eduardo Gusmão de Quadros / (Presidente) PUC Goiás



2) Dr. Eduardo José Reinato / (Membro) PUC Goiás



3) Dr. Deuzair José da Silva / (Membro) UEG



“Nenhuma paixão é mais forte no peito humano do que o desejo de impor aos demais a própria crença”.

Virginia Woolf

RESUMO

MIGRAÇÃO, TERRITÓRIO E RELIGIOSIDADE NO OESTE DE GOIÁS: O CICLO DE NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO NA CIDADE DE IPORÁ

A história que envolve a entidade religiosa, chamada aqui de Nossa Senhora do Rosário, possui raízes profundas atreladas ao início do povoamento e, conseqüentemente, ao início da cidade de Iporá, situada no Oeste de Goiás. Para entenderesse atrelamento, foi preciso elaborar um trabalho que pudesse envolver os conceitos de território e espaço geográfico. A estes, somamos a idéia de migração e religiosidade, que foi discutido dentro de uma perspectiva histórica, com o intuito de não se perder em áreas que não são comuns para o historiador. A região em estudo fez parte, no início, do cronograma da política de interiorização do governo colonial português, depois, do império e, por fim, da República. Dos aspectos que envolvem migração e interiorização do estado brasileiro, existe o econômico, ligado a garimpagem, que transformou a região em uma área atrativa. Junto com essa demanda econômica a religiosidade caminhava de mãos dadas. É por isso que se torna interessante aliar a história do surgimento da cidade com a religiosidade. Elas se completam e uma não pode ser dissociada da outra. Verdade seja dita, a própria história da cidade esta ligada ao surgimento de um povoado, que é o do Senhor do Bonfim. Dessa maneira, pode-se dizer que Iporá começa já no século XVIII. Caminha por todo o século XIX e, por fim, chega ao século XX, com a emancipação da cidade, no novo espaço territorial determinado pelas autoridades locais. Nesse caminho percorrido, a Senhora do Rosário inicia o seu ciclo no Povoado do Comércio Velho e caminha junto ao povo, para se juntar à nova cidade. Ela chegará com amor de ceder o nome à nova capela construída. O seu caminho só será interrompido já no século XXI, que contou com o crescimento de outra entidade: a Senhora Auxiliadora. Apesar de ser a mesma, mudando somente a nomenclatura, a direção eclesiástica pensou em unificar o nome tanto para a padroeira, como para a paróquia, dando fim ao ciclo de Nossa Senhora do Rosário. É verdade que ela continua para os devotos antigos, mas para os mais novos a “Santa” não será a mesma.

Palavras-chave: Migração, Religião, Espaço e Iporá.

ABSTRACT

MIGRATION, TERRITORY AND RELIGIOSITY IN THE WEST OF GOIÁS: THE CYCLE OF OUR LADY OF THE ROSARY IN THE CITY OF IPORÁ

The story involves a religious entity, called here as Our Lady of the Rosary, that has deep links in the beginning of population and consequently, in the beginning of Iporá city, located in western Goiás. For to understand this link, it was necessary to develop a work that could involve the concepts of territory and geographical space. For these, we add the idea of migration and religion, which was discussed in a historical perspective, in order not to get lost in areas that are not common to the historian. The region in study was part, in the beginning, the schedule of the interiorization of the Portuguese Colonial, after, the Empire and, finally, of the Republic. The aspects involve migration and internalization of the Brazilian state, there is the economic, linked to gold-digging, that transformed the region into an attractive area. Along with this economic demand, religiosity walked hand in hand. For this it becomes interesting to combine the history of the emergence of the city with religiosity. They complement each other and can not be dissociated from each other. Truth, the history of the city is linked to the emergence of a village, that is the Lord of Bonfim. Thus, it can be said that Iporá begins already in the XVII century. Across all the XIX century, and finally, arrives in the XX century, with the emancipation of the city, the new territorial space, determined by local authorities. In this way, the Lady of the Rosary begins its cycle in the Old Town of Trade and walks together with the people, for to join the new city. She will come with moral support to give the name to the new chapel built. Your path will only be stopped now in the XXI century, which included the growth of another entity: the Lady Helper. Despite being the same, changing just of the nomenclature, the direction ecclesiastical thought in to unify the name both the patron, as of the parish, ending the cycle of Our Lady of the Rosary. It is true that it continues for the old devotees, but for the younger the "Santa" won't be the same.

Keywords: Migration, Religion, Space and Iporá.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Imagens dos nativos brasileiros, na época da ocupação.	25
Figura 2 - Fonte: http://www.infoescola.com/historia/tratado-de-tordesilhas	30
Figura 3 - Mapa: GOES FILHO, Synesio Sampaio. Navegantes Bandeirantes, Diplomatas: um ensaio sobre a formação das fronteiras do Brasil. São Paulo: Martins Fontes, 2001, p 45.	32
Figura 4 - Foto da época, 1739.	37
Figura 5 - Mapa das Capitânicas do Brasil em 1719.....	38
Figura 6 - PALACIN, Luiz; GARCIA, Ledonias Franco e AMADO, Janaina. História de Goiás em Documentos: 1 – Colônia. Goiânia: UFG, 2001.	39
Figura 7 - ROCHA, Leandro Mendes (org.) Atlas Histórico de Goiás Pré-colonial e Colonial. Goiânia. CECAB editora, 2001.....	41
Figura 8 - Mapa demonstrando as terras diamantinas dos Goyazes de 1750, que era o Distrito Diamantino do Rio Claro.	46
Figura 9 - Igreja do Nosso Senhor do Bonfim, instalada no Arraial do Bonfim a partir de 1746, conforme documento de acesso – http://www.portalsaofrancisco.com.br/alfa/visconde-de-taunay/goyaz-3.php	49
Figura 10 - ROCHA, Leandro Mendes (org.).....	55
Figura 11 - Igreja de Nossa Senhora do Rosário - conhecida como antiga Igreja Nossa Senhora do Rosário dos Pretos, foi erguida em 1734 por Antônio Pereira Bahia e reconstruída em estilo neogótico em 1934, sendo concluída pelos Dominicanos em 1959, com afrescos de frei Nazareno Confaloni esta localizada na cidade de Goiás no estado de Goiás Brasil.	67
Figura 12 - Fonte: Câmara Municipal de Iporá.	75
Figura 13 – Igreja Nossa Senhora do Rosário, antes da “reforma”.	77
Figura 14 - Foto da Igreja Nossa Senhora do Rosário Nova. Fonte Igreja Católica de Iporá.	78
Figura 15 - Curso Normal Regional da Igreja Católica Nossa Senhora do Rosário.	79
Figura 16 - Grupo Escolar Israel de Amorim. Fonte: Câmara Municipal de Iporá.....	80
Figura 17 - imagem de Nossa Senhora do Rosário, quando trazida do antigo Povoado do Comércio Velho.	83

Figura 18 - Foto do Pe. Wiro – Chegou em Iporá, exatamente em 07/01/1964, sendo um dos primeiros a celebrar a missa na nova Igreja construída.	84
Figura 19 e Figura 20 – Documento/ Decreto, que acata pedido de mudança da Paróquia	88
Figura 21 – Ata da celebração da mudança da Paróquia. Fonte: Igreja Católica de Iporá.	90

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	9
CAPÍTULO I	13
1.1 Uma Perspectiva De Geografia Religiosa	13
1.2 Religiosidades, Espaço E Território	14
1.3 Sistemas Religiosos E Organização Política Do Espaço: Temática De Investigação Na Geografia Das Religiões	16
1.4 Espaço E Comunidade.....	17
1.5 Espaço E Religião	18
1.6 Territorialidades Do Espaço Na Religião.....	20
1.6.1 Território E Religião	22
CAPÍTULO II	24
2.1 O Início Da Colonização: Ocupação Do Território Americano Sob Os Olhares Da Igreja.....	24
2.2 A Religiosidade E O Adentramento No Território Brasileiro.....	27
2.3 O Tratado De Tordesilhas E O Interesse Luso Pelo Interior Brasileiro.....	29
2.4 As Missões Jesuíticas E Os Interesses Colonizadores Portugueses No Brasil	31
2.5 Minerações, Diamantes E Desbravamento Em Goiás	33
2.6 A Urbanização Em Goiás	35
2.7 Goiás E O Novo Ciclo Da Economia Brasileira.....	36
2.8 Marcha Para O Oeste	42
CAPÍTULO III	45
3.1 No Início: Arraial Do Bonfim.....	45
3.1.1 A Importância Dos Rios: Claro E Pilões	45
3.2 Do Arraial Do Bonfim Para O Arraial De Pilões.....	48
3.2.1 Em 1748: O Arraial De Pilões.....	49
3.2.2 Distrito Diamantino Do Rio Claro.....	53
3.3 Comércio Velho	56
3.4 Histórias Da Emancipação Da Cidade De Iporá-GO	58
3.4.1 Iporá Surge Em Meio A Transferência	59
3.5 A História Do Rosário.....	60

3.5.1 O Rosário No Reino Lusitano.....	62
3.5.2 A Irmandade De Nossa Senhora Do Rosário Dos Pretos No Brasil.....	63
3.5.3 Nossa Senhora Do Rosário Em Goiás.....	66
3.5.4 Nossa Senhora Do Rosário Na Cidade De Iporá	69
3.6 A Paróquia De Nossa Senhora Do Rosário Em Iporá.....	71
3.7 As Festas Religiosas Em Iporá	77
3.8 Acaba-Se O Ciclo: De Nossa Senhora Do Rosário A Nossa Senhora Auxiliadora.....	80
CONSIDERAÇÕES FINAIS	92
REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA.....	95

INTRODUÇÃO

A ocupação do território do médio Araguaia, mais conhecido como Oeste goiano possui algumas particularidades que precisam ser estudadas. Elas formam o caminho migratório que gerou vários povoados da região, entre eles, a cidade de Iporá. Nessa trajetória, eles partilham duas coisas em comum: o garimpo, praticado nos afluentes do Rio Claro, Rio Pilões e a religiosidade, que contribuiu para que a região fosse significada.

A religião que será tratada é fundamentada no catolicismo, que desde os tempos de ocupação do território brasileiro, em especial ao interior, ajudou a povoar e ocupar espaços antes habitados por nativos. Torna-se necessário uma observação mais atenta no que refere às mudanças proporcionadas pela presença da coroa portuguesa e, em especial, pela ação religiosa, que traz no sentido mais amplo, uma perspectiva de direcionamento àqueles que freqüentavam e eram devotos dos santos católicos.

Após os estudos iniciais, percebemos que a igreja, apoiada pela coroa portuguesa, transformou os espaços abertos num promissor território ocupado por significativas articulações religiosas. Dessa articulação, percebe-se que o fluxo migratório para o espaço, hoje, ocupado pela cidade de Iporá, passará antes por terras e espaços já experimentados por uma corrente migratória, que terá seus incentivos e estímulos para valer a trajetória de ocupação. Estes movimentos estão gravados na história, como a mudança da igreja para outro centro migratório posterior ao tempo de surgimento de Pilões. Esse novo espaço será chamado de Comércio Velho e com esta nova demanda migratória a Igreja mudará de nome – de Senhor do Bonfim para Nossa Senhora do Rosário – e, finalmente, chegará a Iporá com o mesmo nome, passando recentemente para Nossa Senhora Auxiliadora.

Será assim que este trabalho nos direcionará para vislumbrar uma relação bastante íntima do surgimento de uma cidade com a devoção religiosa. O estudo trata de um período, que se inicia ainda no século XVIII quando outras religiões ainda não havia se disseminado pelo interior do Brasil. Apenas o catolicismo chegara, por possuir experiência e proximidade ao modelo de desenvolvimento territorial promovido pela coroa portuguesa e, depois, pelo governo imperial brasileiro.

O protestantismo, religião que tem a sua história ligada mais recentemente ao estabelecimento efetivo da cidade, teve pouca relevância no processo de significação territorial, fato que nos direciona a estudar a influência e o destino da migração, apoiada pela igreja católica, que estava presente em toda essa trajetória.

Num primeiro momento a ocupação territorial deu origem ao povoado de Pilões – 1746 - que às margens do Rio do mesmo nome, atraiu centenas de garimpeiros. Estes necessitavam de instalações para a sua fixação e, em alguns casos, seus familiares vinham de longe em busca de riquezas fáceis. O garimpo, sem dúvida nenhuma, serviu como o atrativo principal por muitos por muitos anos, enquanto durou o seu ciclo na região.

Após o período da exploração diamantífera na região, Pilões entrou em processo de desocupação. Talvez esse processo esteja ligado a fatores econômicos. Mas este seria outro estudo, que necessitaria de dados relativos, não sendo o objetivo presente trabalho. O certo é que foi a partir de 1751 que houve motivações religiosas e econômicas, que levaram o povo e a própria igreja a deslocar do velho povoado para o então Comércio Velho. É verdade que um longo período de transformações econômicas, que passou a assolar a região e até a capitania de Goiás, foi motivação principal para tal mudança. Mas a igreja não deixará de ter um papel preponderante nessa mudança.

A alta carga tributária – motivo que se deve levar, também, em consideração - imposta pela coroa aos garimpeiros e aventureiros que buscavam as pedras preciosas, afastou não só aqueles que tinham se instalado por aquelas bandas, como também os outros possíveis exploradores.

Assim, o antigo povoado passou a se chamar *Comércio Velho*, por abrigar as antigas instalações de Pilões e abrigar outras estruturas essenciais para uma denominação de povoado. *Comércio Velho* vai ser o nome dado num período após a instalação dos moradores, da igreja remanescente de Pilões e dos viajantes transformadores do local em rota de pouso e comércio.

É assim que vamos entender esse caminho compreendendo, numa perspectiva geográfica, e um espaço temporal que vai desde a migração, ocupação e surgimento da cidade de Iporá-Go, em meados do século XX e que vai durar, numa somatória em anos, mais de duzentos. Na perspectiva histórica delimitamos o nosso recorte temporal, que tem início ainda no século XVIII, precisamente no ano

de 1746, como já foi mencionado, chegando até o século XX, na cidade de Iporá-Go.

Antes, urge a necessidade de conceituar elementos fundamentais nesse processo que caracteriza todo o caminho migratório. Estaremos propondo uma revisão espacial e territorial, dirigindo para o fenômeno religioso da época e atingindo o seu ápice, quando da migração para as terras de Elpídio Paes, que foi o grande doador das terras para a fundação da cidade.

Na época – antes mesmo de 1746 - havia veios auríferos e diamantíferos de grande importância para a economia do Brasil, descoberto ainda pela bandeiras que passaram por aqui. Essa descoberta acabou contribuindo em muito para o desenvolvimento de uma política migratória, o que acabou movimentando as terras e a economia dos Goyazes. O foco principal do trabalho será a importância da devoção a Nossa Senhora do Rosário para a fixação e/ou a migração dessas pessoas. Parte-se do pressuposto que a idéia de espaço deve transformar-se em território. Como hipótese, sugerimos que a devoção à Santa irá influenciar sobremaneira no surgimento da cidade de Iporá, acompanhando o fluxo de pessoas, que direcionou muitos anos antes ao povoado de Pilões, quando ainda a igreja devotava o Senhor do Bonfim.

Importante será observar a transição da devoção de uma entidade religiosa – Nosso Senhor do Bonfim - que no caso específico, chegará ainda no povoado de Pilões e permanecerá no antigo Comercio Velho, por algum tempo e logo depois, será Nossa Senhora do Rosário. Quando da transferência do povoado para Águas Claras, a entidade religiosa que vai acompanhar o movimento migratório será Nossa Senhora do Rosário. Depois, após a transferência e a fundação da Igreja de Nossa Senhora do Rosário e com a emancipação política de Iporá, teremos uma festa popular, que vai consagrar justamente a nossa Senhora Auxiliadora.

Um dos problemas será justamente este: como a Paróquia de Nossa Senhora do Rosário tem como festa principal uma dedicada a Nossa Senhora Auxiliadora? Eis que surge outra indagação: qual a verdadeira relevância da devoção católica para o surgimento da cidade de Iporá e para a consolidação de sua ocupação? Podemos afirmar que a cidade surge com um forte aparato político-religioso e que estes fatores influenciarão no fortalecimento da festa em louvor a Nossa Senhora Auxiliadora no mês de Maio, exatamente no dia 24. Há fatores novos e definidos pela paróquia local, que coloca, já no ano de 2012, a igreja com o nome de Nossa

Senhora Auxiliadora, sendo a mesma da festa comemorada no mês de maio. Para os fiéis e para o padroado, não havia motivos de a festa ser em louvor de uma e a igreja levar o nome de outra. Portanto a mudança será uma espécie de unificação. São problemas que, ao longo do trabalho, deverão ser abordados e caracterizará de fato o ciclo de Nossa Senhora do Rosário naquela cidade.

Os autores com quem este trabalho dialoga são: Luis Palacin (1975), Moisés Alexandre Gomis (2002), Sebastião Alves de Jesus e Tiago Barros (2005), Julita Scarano (1978), Edésia Aducci (1998), o livro de Tombo da Igreja – escrito a partir de 1951, quando da transferência da Igreja para o lugar atual – os boletins informativos da própria instituição e, finalmente, o documento. Isso para o levantamento histórico. Os outros são da geografia, como Maria da Conceição Beltrão Spósito (1997), ZenyRosendahl (1995), Mircea Eliada (1959), Milton Santos (1978) e outros.

A metodologia usada será a da pesquisa bibliográfica e levantamentos de dados relativos aos movimentos eclesiais, ocorrido na origem da cidade e na instalação da igreja, ainda no Arraial de Pilões. Autores da cidade serão consultados, podendo, inclusive, colaborar com questionamentos ou textos explicativos sobre o que se vai trabalhar. Foi utilizada pesquisa em fontes variadas. Primeiramente foi feito um levantamento bibliográfico sobre o tema “religiosidade”. Logo depois o assunto abordou o tema “espaço” e depois “território”. A junção desse tripé bibliográfico permitiu um entendimento mais dinâmico nesse universo complexo, que envolve ainda a migração e suas razões para a existência do ser humano. Partindo daí o entendimento das transformações ocorridas no território goiano no decorrer de toda sua trajetória de ocupação e reocupação nos leva a entender melhor essa concepção de migração, território, religiosidade e espaço ocupado. Com esses dados, foi elaborado e discutido a ação migratória, com origem no Arraial de Pilões, chegando ao espaço chamado de Comércio Velho (povoado) e, depois, há mais ou menos 18 quilômetros de distância, à cidade de Iporá.

Com estes, construiremos uma abordagem sobre o território, espaço urbano, migração e religiosidade. Não se pretende correr o risco de fugir do nosso tema em meio a estudos geográficos. Nesse caso, a geografia será apenas uma colaboradora de um entendimento que compreende, antes de tudo, um processo histórico para a região oeste de Goiás.

CAPÍTULO I

1.1 Uma perspectiva de geografia religiosa

É geograficamente que o homem vai promover mobilizações e simbolizá-las para a compreensão dos seus movimentos. A história é compreensiva a partir do momento que o homem começa um ciclo de movimentação e esta, por sua vez, caracteriza o sentido da sua sobrevivência. Descobre-se, então, que as necessidades de agrupamento e vivência coletiva serão cotidianas e vitais. Assim sendo, necessita o estudo do contexto espacial, observando as variações que o próprio tempo compatibiliza para a elaboração histórica. A proposição deste trabalho parte, então, para a junção entre território, espaço, migração e religião.

É sabido que a religião se forma no momento em que há uma necessidade quase instintiva de entender as origens de toda uma cadeia de sobrevivência. Para ZenyRosendhal (2010):

A religião, por outro lado, sempre foi parte integrante da vida do homem, como se fosse uma necessidade sua para entender a vida. Ambas, geografia e religião se encontram através da dimensão espacial, uma porque analisa o espaço, a outra porque, como fenômeno cultural, ocorre espacialmente. A preocupação com a experiência religiosa de indivíduos e grupos sociais representa tópico central em várias ciências dedicadas ao estudo do homem. Esta preocupação aparece na psicologia da religião, tanto na abordagem freudiana, em que se considera o caráter ilusório da religião, como na junguiana, na qual se valorizam os sonhos, fantasias, mitos e seus símbolos. Aparece também na Sociologia, através do pensamento de autores clássicos como Émile Durkheim e Max Weber. Na Antropologia, a temática em pauta emerge nas teorias da religião dominadas pelo enfoque evolutivo e pelo desejo de explicar a origem das religiões.(ROSENDHAL, 2010, p.45).

Ao escolher um determinado assunto, é necessário, então, partir de uma abordagem mais dinâmica – aquela que envolve vários conceitos – com o intuito de contemplar o universo pesquisado. Rosendhal propõe que se faça uma associação de temas que possam indicar várias possibilidades de tratamento geográfico da religião. Dentre esses destaca a fé, espaço e o tempo na perspectiva da difusão e a sua área de abrangência. Ressalta a relação entre religião, território e territorialidade. Explicar toda essa dinâmica nos leva a redefinir a sequência de cada elemento e abordá-los de forma e entendimento histórico, para que não nos

perdamos na linha geográfica, que não a área de estudo específica neste trabalho.

Os centros de convergência e irradiação, o espaço e o lugar sagrado, devem ser observados pela vivência e pela percepção de seu simbolismo. Nesta parte do trabalho, vamos tratá-los de forma mais conceitual, para que o direcionamento se restrinja mais ao campo histórico.

Da mesma forma considerada pela geografia, a religião é um tema relevante para a história. Pensamos que eles sejam parte da vivência do espaço, sagrado ou não, e do tempo, sagrado ou não. O que mais interessa é como estas partes podem estar sincronizadas na elaboração de um contexto, de inserção e que, mutuamente, possam definir um fator de preponderância histórica.

Ao perceber os conflitos gerados em torno da sua possibilidade de existência e, ao mesmo tempo, da sua contribuição ao convívio social, o homem precisa se situar como ser e existir. Talvez seja aqui uma oportunidade de mostrar, ao longo desse estudo, como o indivíduo caminha para um dilema que, naturalmente, faz parte da sua natureza. Estaremos trabalhando uma pequena parte dessa existência com os temas a seguir, que compreenderá espaço, território, migração e religião.

1.2 Religiosidades, espaço e território

São os geógrafos que possuem uma explicação mais plausível do que se compreende por espaço e território. É assim que estaremos desenvolvendo algo tentando esclarecer os mais variados pontos de vista dessa mistura entre o historiador e as concepções da geografia, com receio de invadirmos uma área não dominada pelo historiador, mas com a preocupação de focar com clareza o objeto de estudo.

A geografia aborda padrões espaciais que refletem as expressões materiais e simbólicas de grupos sociais e religiosos, na construção de sua territorialidade, em diferentes contextos. Com isso, tentaremos fazer a análise da influência da religião na existência de um povoado e da importância da igreja na consolidação e efetivação da cidade de Iporá.

A religião católica foi parte do processo de interiorização e, conseqüentemente, da expansão territorial no espaço brasileiro. Foi com ela que os primeiros portugueses chegaram nestas terras com o intuito de trazer, do velho

continente, a fé, a cultura, os anseios econômicos – promovida pela grande expansão comercial mercantilista – e, por fim, a velha necessidade de busca de novas terras . Vieram a partir de uma relação bastante próxima a igreja, já que estamos falando do século XV e XVI. É nesse ponto que a história encontra, também, com a geografia, pois estamos falando de um processo ocupacional. E nesse assunto a geografia nos dá um entendimento mais detalhado, porque ela nos concebe a idéia exata de território e espaço em comunhão com a religião. Numa concepção mais abrangente, a geógrafa ZenyRozendahl afirma que:

Uma organização complexa como a Igreja Católica Romana desenvolveu exemplos notáveis do uso da territorialidade em diferentes espaços, durante o longo tempo de sua história. A Igreja Católica articula-se num sistema territorial hierárquico e burocrático, talvez como a mais antiga e duradoura das organizações. (ROSENDAHL, 2010, p.56/57).

É claro que estamos falando de Brasil, em especial de Goiás, ainda no tempo do império português. Mesmo assim, é preciso notar que no tempo em que durou a exploração aurífera e diamantífera naquelas regiões do Oeste de Goiás, com a instalação da Igreja Católica nos primeiros povoados, houve uma forte relação entre estas duas frentes.

A forma como a igreja chegara no território brasileiro evidenciou uma profunda contrapartida organizacional da qual a coroa precisava. A administração colonial, de certa forma, contava com esta estrutura eclesiástica para fomentar o seu projeto de ocupação. Prossegue a autora:

...a Igreja reconhece e controla muitos tipos de territórios, porém ela engloba dois amplos tipos: o primeiro refere-se aos lugares sagrados e edifícios da Igreja; o segundo inclui a sua própria estrutura administrativa. A Igreja Católica Romana divide seu domínio em hierarquias territoriais de paróquias, dioceses e arquidioceses. Cada um destes territórios é chefiado por um funcionário da Igreja, cujo posto na administração geral corresponde ao posto na hierarquia. Os sacerdotes têm jurisdição sobre a paróquia, os bispos sobre as dioceses, os arcebispos sobre as arquidioceses e o Papa, em Roma, sobre todos os níveis hierárquicos. (ROSENDAHL, p.57, 2010).

Nesse estudo, observaremos que o crescimento populacional e, conseqüentemente, o crescimento da igreja será uma importante fonte de chamamento e direcionamento de várias pessoas, viajando em busca de riquezas.

Se não funciona como chamamento ela funcionará como abrigo espiritual de

uma camada que, num primeiro momento, será aquela dos menos abastados da população. Sendo assim é natural que a organização territorial e espacial servirá como atrativo importantíssimo para a consolidação de elementos construtores de uma identidade representativa no meio administrativo, sob a tutela da coroa portuguesa. Não esqueçamos que na estrutura administrativa colonial, como já foi mencionado, estava a presença da igreja.

1.3 Sistemas religiosos e organização política do espaço: temática de investigação na geografia das religiões

Essa observação da religiosidade interagindo com espaço, território e o ambiente da cultura, possui profunda ligação com o comportamento humano. Este espaço configura o ambiente em que as pessoas passam a conviver e desfrutar, desenvolver sua identidade, fomentada pelos costumes, vínculos de uma comunidade e demais elementos necessários à sua sobrevivência social. A Identidade está entremeada no movimento e na participação do processo de ocupação do espaço territorial.

No desenvolvimento recente da perspectiva geográfica da religião, descubri-se a contribuição de Mircea Eliade (1991), na qual ela elabora um estudo, onde o sagrado e o profano possui estreita ligação. Segundo Eliade, ambos constituem a essência da religião. Nas considerações finais de Zeny Rosendhal, transcritos dos anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina, ela diz:

A territorialidade proposta por Sack (1986) é definida como uma estratégia de controle sempre vinculada ao contexto social na qual se insere. É uma estratégia de poder e manutenção independente do tamanho da área a ser dominada ou do caráter meramente quantitativo do agente dominador. A territorialidade deve ser reconhecida, portanto, como uma ação, uma estratégia de controle. Torna-se importante compreender o fenômeno religioso neste contexto, isto é, interpretar a “poderosa estratégia geográfica de controle de pessoas e coisas sobre territórios que a religião se estrutura enquanto instituição, criando territórios seus” (ROSENDHAL, 1996, p. 56).

Esta interação vem despertando estudiosos de várias áreas, sobretudo, os da geografia que entende que nas três últimas décadas a religião vem atraindo significativa atenção da idéia que envolve sociedade, religião e espaço. Isto se retrata no interesse em estudar a movimentação das sociedades em torno das

estruturas montadas ao longo dos anos, quando do período de aglomeração, fixação e desenvolvimento de uma comunidade.

Quando o estudo se volta para o caso específico do Brasil é visível uma observação: a partir do século XVII vários centros pelo interior do país foram sendo exemplos uns para os outros, com raras exceções, o que não compromete o presente estudo. Isto se deve em muito a participação da igreja católica, que como foi estudado e mencionado, possuía perspectivas próprias para adentrar aos longínquos lugares em busca de objetivos eclesiásticos.

Os especialistas analisam a convergência dos fiéis e sua vivência no sagrado dentre outros fatores que favorecem a sua permanência ou não em determinado local.

1.4 Espaço e comunidade

A idéia de espaço é amplamente discutida no campo geográfico. Numa perspectiva histórica, o ambiente cria condições de ocupação espacial, conforme a necessidade.

Teoricamente, a idéia da ocupação de determinado espaço depende dos fatos relevantes e inerentes aos projetos de determinado grupo.

Assim, podemos afirmar que o conceito de espaço, seguindo Santos (1985), deve ser considerado como um fator de evolução social, não apenas como uma condição.

Vai além quando considera que o espaço seja uma instância da sociedade, podendo assumir um viés econômico, cultural, ideológico e, para este estudo, uma instância cultural-religiosa.

Esta instância religiosa estimula a locomoção territorial em busca de algo que vai além da necessidade individual. Esta locomoção está motivada pelo conjunto que abrange os interesses comuns e, conseqüentemente, os grupos ou comunidades.

É natural que o espaço, do ponto de vista mais geral, se defina como algo que possua uma configuração. Esta configuração está presente nos elementos que compõem a identidade comunitária.

Vários elementos, conforme Santos (1978), podem ser considerados: os

homens, as instituições, o chamado meio ecológico, as infraestruturas, etc.; porém é a interação dessa série de fatores que irá caracterizar efetivamente o espaço.

Essa interatividade elementar constitui fator primordial para nosso entendimento. Santos (1978) vai dizer que o estudo das interações entre os diversos elementos do espaço é o dado fundamental da análise: "... que a interação supõe interdependência funcional entre os elementos".

Conclui-se que a interação confere a essa mobilidade funcional a idéia de que os elementos dispostos em tempos distintos se encontram em mudança com a movimentação da sociedade em torno de algo. Necessário se faz o entendimento da mobilidade para este estudo.

As práticas sociais são diretamente ligadas ao espaço humano desde os primórdios da humanidade. Sem elas não haveria forma do homem se agrupar, promover relações e desenvolver laços do convívio social. E é por isso que elas se tornam partes integrantes da geografia cultural.

Por elaborar práticas sociais, as pessoas se encontram em um espaço onde as ações se compatibilizam e criam um mecanismo de interatividade. Isso é parte integrante do convívio social, vai permear as relações humanas e contribuir para o desenvolvimento do determinado grupo.

1.5 Espaço e religião

ZenyRosendhal, no artigo "Espaço e Religião: algumas reflexões geográficas" (1995), explica que, aparentemente, espaço e religião são dois temas que não apresentam ligações. Mas a autora afirma que ambas são práticas sociais. É por isso que elas se tornam partes integrantes da geografia cultural e da noção de território.

As pessoas se encontram em um espaço determinado, onde os exercícios das ações sociais se compatibilizam e criam um mecanismo de interatividade. Essa interatividade é parte integrante do convívio social, que vai permear as relações humanas e, possivelmente, contribuir para o desenvolvimento de um determinado grupo.

A história é compreensiva a partir do momento dos fatos relevantes do homem em movimento, enquanto ocupa o território. No contexto espacial é

necessário observar as variações que o próprio tempo compatibiliza para a elaboração histórica ou factual de determinada época. Para a autora:

A preocupação com a experiência religiosa de indivíduos e grupos sociais representa tópico central em várias ciências dedicadas ao estudo do homem. Esta preocupação aparece na psicologia da religião, tanto na abordagem freudiana, em que se considera o caráter ilusório da religião, como na junguiana, na qual se valorizam os sonhos, fantasias, mitos e seus símbolos. Aparece também na Sociologia, através do pensamento de autores clássicos como Émile Durkheim e Max Weber. Na Antropologia, a temática em pauta emerge nas teorias da religião dominadas pelo enfoque evolutivo e pelo desejo de explicar a origem das religiões. (ROSENDHAL, 2010, p.45)

Esse entendimento é bastante complexo, porém, compreensivo desde que possamos entender a questão religiosa a partir do ponto crucial em que o ser humano passa a ser um ser construtor de sentidos e capaz de atividade cognitiva. É daí que o homem passa a pensar e procurar por explicações, para a sua própria sobrevivência. Passa a pensar as formas de sobrevivência e as possibilidades de se garantir em um ambiente bastante hostil para ele e para todos que o circundam.

As manifestações alusivas à natureza podem passar a ser cultuadas, fazendo parte, inclusive, dos costumes. O costume leva aos ritos – aqui no sentido de cultuar – aquilo que lhe pareça adequado e contribua para a sua proteção, conseqüentemente, para a sobrevivência.

Com o tempo, suas ações vão possuir características diferenciadas, a explicação passa a ser direcionadas aos vários sentidos das representações naturais: o sol, o fogo, a terra, a chuva, a água e ao ar.

O respeito misturado ao medo, busca dar direcionamento aos acontecimentos e os seus sentimentos passam a ter uma dimensão maior no seu comportamento. A religiosidade vai, então, tomar uma dimensão bastante grande nas relações sociais.

O respeito ganha culto e isso vai ajudar a direcionar as pessoas para os lugares, que antes não eram visitados, habitados e que ficavam intocáveis em razão do medo e da curiosidade não explorada.

Juntando vários fatores como religiosidade, espaço e percepções humanas para tudo que vai acontecendo, o indivíduo se torna motor de si mesmo e a complexidade religiosa – onde fé e respeito se encontram – ocupa espaços onde antes não havia chegado. A geografia e a fé se encontram, finalmente.

ZenyRosendhal propõe que se faça uma associação de temas que possam

indicar várias possibilidades de tratamento geográfico da religião. Dentre estes destaca a fé, espaço e o tempo, na perspectiva da difusão e de sua área de abrangência. Ressalta ainda a relação entre religião, território e territorialidade.

Por último, a noção de lugar sagrado, observando-se a vivência, a percepção e o simbolismo.

Ao mesmo tempo em que sugere esse temário de pesquisa, neste trabalho vamos tratá-lo com a intenção de direcionamento restrito ao campo histórico.

1.6 Territorialidades do espaço na religião

A complexidade da territorialidade na Igreja Católica (anais dos encontros de geografia) é atraente do ponto de vista da pesquisa. A história da igreja no Brasil revela a permanência de antigas divisões administrativas herdadas de uma tradição oriunda da Idade Média e ainda adotadas pela Igreja Católica.

Os territórios que foram modificados ao longo dos séculos possuem características próprias e a visibilidade da transformação territorial hoje não é perceptível se não percebermos em estudos minuciosos de mapas e textos. Precisamos relacioná-los a aspectos históricos, capazes de nos encaminhar numa análise mais lúcida do que foi os deslocamentos das fronteiras, as criações ou o desaparecimento de territórios.

No Brasil, e no caso de Goiás, a territorialidade da Igreja Católica caracteriza-se por territórios amplos, administrados por profissionais religiosos, que compreendia o padroado e o bispado.

Até porque a igreja possui uma hierarquia que a acompanha há vários séculos e as suas tradições foram importadas de uma Europa ainda medieval. A tentativa de interpretar a territorialidade da Igreja Católica em Goiás como no Brasil, numa perspectiva mais abrangente, nos remete aos idos dos séculos XVIII até o XX, porque ela representa uma contribuição geográfica de uma dimensão política crucial para o entendimento da religião no território goiano. Esses dois séculos de hegemonia territorialista foram selecionados em virtude de representarem, ambos, momentos relevantes da história e da geografia no Brasil.

Por outro lado, o catolicismo oficial e patriarcal introduzido pela colonização portuguesa constitui-se e difunde-se “na massa camponesa de origem ibérica ou de

índios convertidos e aculturados, ex-escravos fugidos ou alforriados, e todo tipo de mestiço, num catolicismo popular ibero-americano” (OLIVEIRA, 1997, p 46).

A territorialidade religiosa refere-se, aqui, a uma perspectiva mais específica, já que ZenyRosendhal vai elucidar este tema numa linguagem mais simples do ponto de vista da história. Ela diz:

Territorialidade religiosa, por sua vez, significa o conjunto de práticas desenvolvido por instituições ou grupos no sentido de controlar um dado território, onde o efeito do poder do sagrado reflete uma identidade de fé e um sentimento de propriedade mútuo. A territorialidade é fortalecida pelas experiências religiosas coletivas ou individuais que o grupo mantém no lugar sagrado e nos itinerários que constituem seu território. De fato, é pelo território que se encarna a relação simbólica que existe entre cultura e espaço. (ROSENDHAL, p.129).

As estratégias de exploração e ocupação do espaço colonial pela igreja católica são definidas, segundo estudos encontrados nos anais de encontros de geografia, como fundamentais para a compreensão do projeto eclesiástico. São quatro estratégias que podem ser definidas segundo os estudos por Rosendhal e Correa. Ela define:

(i) A primeira estratégia pode ser definida pela intensificação de sua ação temporalmente desigual entre 1801 e 1930. Enquanto entre 1801 e 1900 foram criadas 10 dioceses, no período entre 1901 a 1930 foram criadas 61 das 80 existentes em 1930. Tal desigualdade favorece a ampliação do catolicismo popular tradicional. “A nova ordem republicana aparece aos olhos dos camponeses como a imagem da desordem social e política, pois ao separar Igreja e Estado não reconhece mais o catolicismo como religião oficial” (Ribeiro de Oliveira, 1997:48). Os movimentos rurais de protesto político-religioso revelam as desigualdades sociais e apontam para o retorno das tradições. Os movimentos mais conhecidos ocorrem na Primeira 12938 Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina – 20 a 26 de março de 2005 – Universidade de São Paulo República (1889-1930) nos sertões de Canudos, Constelado e Juazeiro. Teixeira Monteiro (1977) apresenta o estudo de seus movimentos.

(ii) A estratégia territorial da Igreja Católica revela uma forte concentração temporal associada a uma concentração espacial. Das 79 dioceses e prelazias existentes até 1930, temos 53 criadas nas regiões Sudeste e Nordeste. Isto nos revela que 2/3 do total de dioceses e prelazias no Brasil, nesta época, estavam localizadas nas regiões NE e SE. Regiões como a Amazônia, o Centro-Oeste e o Sul foram de menor interesse da Igreja Católica. Confirma-se, assim, uma seletividade espacial (Corrêa, 1995) que privilegiou a criação de dioceses e prelazias em localizações específicas.

(iii) A territorialidade da Igreja Católica resultou, por outro lado, em uma estratégia de difusão por contigüidade e por via hierárquica (Gould, 1969), diferente, portanto, da difusão por saltos, como foi a difusão até o final do século XIX. A rede de dioceses e prelazias tornou-se mais densa, pois a densidade de centros, em média, de um centro para cerca de 110.00 km² em 1930, contra um centro para cerca de 950.000 km² em 1800.

(iv) Na complexidade da seletividade funcional da ação territorial da Igreja Católica distingue-se a criação de dioceses em cidades que já desempenhavam o papel de lugares centrais de nível regional. Em 1930 todas as capitais estaduais existentes já possuíam a presença do poder religioso nas dioceses eclesiásticas (ROSENDHAL E CORRÊA, 2005).

Assim, a explicação sobre essa ocupação passa de um mero acaso dos destinos coloniais para uma ação mais estratégica e formal, pois a igreja sabia o caminho a tomar, quando se tratava de busca por novos territórios.

O autor e autora ora citada observa bem este encontro de interesse e coloca clara a intenção de um lado e de outro.

Realmente a igreja passa a perceber que o atrelamento com o estado já não é o mesmo de antes, mas a maneira de usufruir do seu próprio status, conquistado ao longo do tempo, a faz se sentir com os poderes proeminentes.

1.6.1 Território e religião

A representação não está distante do conhecimento. Eles se encontram a partir do momento em que se afinam numa determinada confluência da vida. Talvez a dialética da relação do sujeito e do tempo possa estar contribuindo para este entendimento.

As lógicas do território e da religião se tornam um pouco complexas a partir de um entendimento mais geral. A religião, por exemplo, pode ser entendida a partir das ações que a inserem no segmento do espaço.

Para melhor exemplificação a religião se torna um agente espacial quando ela trabalha o sujeito no contexto de inserção e capacidade de entender a lógica de ocupação e de a apropriação dos fazeres individuais. Nessa perspectiva o efeito religioso no espaço torna-o parceiro na complexidade territorial. Corrêa (2001) afirma que esta associação tem a ver com o entendimento dos mecanismos que interagem as duas frentes:

...associa-se ao controle de fato, efetivo, por vezes legitimado, por parte de instituições ou grupos sobre um dado segmento do espaço (...), a apropriação pode assumir uma dimensão afetiva, derivada das práticas especializadas realizadas por parte de grupos distintos definidos segundo renda, raça, religião, sexo, idade ou outros atributos. (CORRÊA, 2001, p.55).

A estratégia religiosa pode ser entendida como algo que controla o meio circundado de atuação. É assim que ela agrega pessoas diferentes, mas com elementos parecidos e próximos, capazes de aproximar e, ao mesmo tempo, favorecer uma união em torno da proposta eclesiástica, capaz de uni-los em torno de dado espacial e territorial.

No próximo capítulo o estudo ganhará contornos informativos do período a ser estudado. Será a oportunidade de observar como era a política migratória do governo colonial, depois, Imperial e por fim do Brasil república. Tratará dos ciclos econômicos, observados para cada período e abordará a junção da realidade urbana, misturada com a rural e a religiosidade sempre presente no convívio das pessoas do Arraial dos Pilões, Comércio Velho e, por fim, Iporá.

CAPÍTULO II

2.1 O início da colonização: ocupação do território americano sob os olhares da igreja

É compreensível o processo de conquista e colonização da América, quando os portugueses dependeram fundamentalmente dos povos indígenas. Isso está descrito em várias obras de diferentes autores que afirmam que no início a mão de obra vislumbrada era apenas destes “pobres diabos”, definidos assim por não compartilharem com eles (europeus) a mesma cultura e a mesma fé.

A fé, esta sim, objeto de estudo quando o assunto é o processo de ocupação e, ao mesmo tempo, de penetração nas margens e interior do continente. Havia diferentes grupos da baixa cultura indígenas, aqui encontrados, tais como os Tamoio, Tupiniquim, Aimoré, Goitacaz, etc. Foram todos chamados índios pelos europeus. Talvez com alguma conotação pelo caminho escolhido com a intenção de se chegar às Índias.

Na condição de aliados ou inimigos, imposto pelas duras penas dos próprios europeus, eles desempenharam importantes e variados papéis na nova colônia que, então, se construía.

Tais grupos, no entanto, não estavam aqui à disposição dos europeus nem com eles colaboraram por ingenuidade ou tolice. Suas relações de aliança ou hostilidade com os estrangeiros faziam-se também de acordo com seus próprios objetivos e interesses ligados à dinâmica de suas organizações sociais.

Assim é que enquanto alguns colaboraram, outros mantiveram-se hostis. Para ambos, no entanto, a chegada dos europeus na América inaugurou uma época de holocausto, com altíssima mortalidade e prejuízos incalculáveis, com epidemias, escravizações em massa, intensificação de guerras inter tribais, trabalhos forçados, desestruturação social, etc... Carregados de idéias preconceituosas e sem entender direito a língua, o comportamento e as formas de organização social e cultural dos povos indígenas, os portugueses cometeram vários equívocos ao descrevê-los. No livro de Tzvetan Todorov (1939), traduzido por Beatriz Perrone Moisés (1993), intitulado “A conquista da América – a história é imensa. Mal acabamos de questão do outro”, abre-se o livro e depara com essa passagem:

Quero falar da descoberta que o *eu* faz do *outro*. O assunto é imenso. Mal acabamos de formulá-lo em linhas gerais já o vemos subdividir-se em categorias e direções múltiplas, infinitas. Pode-se descobrir os outros em si mesmo, e perceber que não se é uma substância homogênea, e radicalmente diferente de tudo o que não é si mesmo; eu é um outro. (Moisés in Todorov, p. 3, 1993).

Esse caso relatado refere-se à América de um modo geral, não apenas ao Brasil que, como sabemos, a história é muito parecida como aquela que aconteceu em todo o continente americano. Entendemos dessa forma que a imensa variedade de povos com línguas e culturas diversas foram, em geral, reduzidos a dois grandes grupos: os Tupi e os Tapuia. No entanto, outro equívoco do mundo europeu, foi o de imprimir uma modalidade religiosa diferente das existentes no vasto território brasileiro. A figura indígena, como foi descrito antes, não era um exemplo para povos de lugar nenhum, diziam os europeus ao relatar nas suas missivas.

É assim que vamos observar que a grande variedade de etnias existentes não comoveu os portugueses de estar detalhando pormenores. Afinal de conta para os portugueses os interesses eram outros e o estudo ou a possibilidade de descrevê-los em nada acrescentaria na sua caminhada rumo aos desejos coloniais. A igreja, talvez fosse um instrumento que pudesse detalhar essa lamentável lacuna mas, da mesma forma dos portugueses, a eles não havia interesse em retratá-los como uma rica cultura e variedade de etnias.



Figura 1 - Imagens dos nativos brasileiros, na época da ocupação.

Fonte: bndigital.bn.br/20/01/2013. 16:50min.

A palavra Tapuia que significa “bárbaro” em língua Tupi, foi amplamente utilizada para designar todos os grupos não Tupis, embora cronistas e missionários reconhecessem diferenças entre eles. Considerados arredios e de difícil contato, foram descritos, grosso modo, em oposição aos Tupi, com características muito negativas. Os Tupi habitantes do litoral, que tiveram um contato mais direto e amistoso com os portugueses, foram melhores conhecidos. Nem todos, no entanto, aliaram-se ao lusos. Os Tupi dividiam-se em vários subgrupos para os quais as

guerras intertribais tinham função essencial. Através delas, esses sub-grupos estabeleciam, entre si, relações de aliança e inimizade que davam sentido e coesão às suas organizações sociais. Em sua tradição cultural, a relação com o outro era elemento básico daí sua extrema abertura ao contato que tanto surpreendeu os europeus e possibilitou a colonização.

Como aliados ou inimigos, os europeus foram inseridos nas relações intertribais dos vários grupos Tupi, que se associavam a uns ou outros (portugueses, franceses, holandeses), conforme circunstâncias e interesses que freqüentemente se alteravam. Não foram poucas as ocasiões em que os índios foram chamados de traidores por terem mudado de lado, às vezes mais de uma vez, por perceberem o impacto negativo das alianças ou mais vantagens no campo oposto. Assim, as guerras intertribais misturavam-se às guerras coloniais, alterando-se substancialmente. Alcançavam novas proporções e atingiam incalculáveis níveis de violência e mortalidade.

A conquista do território na América portuguesa fêz-se com guerras violentas, que se acentuaram após o esgotamento das relações de escambo estabelecidas nas três primeiras décadas do século XVI. Nesse tempo, quando a ocupação da terra era rarefeita, foi possível aos portugueses obter trabalho, alimentos, mulheres e escravos, principalmente, através da troca com os grupos aliados, também interessados nas relações de amizade e em algumas mercadorias européias, sobretudo, instrumentos de ferro. Tal situação que, apesar de menos traumática, já trazia imensos prejuízos aos índios, não iria se manter. Quando a ocupação efetiva da terra levou os colonos a tentar obter mais trabalho e escravos do que os índios estavam dispostos a dar, os conflitos se intensificaram e guerras indígenas contra os portugueses explodiram em toda a costa brasileira.

Mesmo assim os portugueses ou europeus tinham uma boa imagem do novo território, uma vez que, as missivas que chegavam ao velho continente levavam a imagem de que este outro lugar era, realmente, um novo paraíso capaz de garantir aos aventureiros riquezas e muitas mulheres. Talvez o objetivo era o de desenhar o novo mundo para atrair muitos daqueles que já não sonhavam tanto com o velho continente. Richard Morse (1988 p. 71) descrevia que “os impérios americanos estavam totalmente presentes para os teóricos nas pátrias progenitoras”. A igreja era, no entanto, uma importante aliada para desbravar este vasto território que

poderia gerar uma infinidade de opções dentro de uma cadeia econômica formulada pelos governos centrais. Era importante encaminhar as missões religiosas, porque elas eram a chave do acalmamento dos nativos. Esse assunto será discutido no próximo tópico.

2.2 A religiosidade e o adentramento no território brasileiro

A vinda do primeiro governador geral acompanhado de seis jesuítas, entre eles o padre Manoel da Nóbrega, significava um esforço da Coroa para manter a soberania sobre a colônia contra os ataques estrangeiros e, principalmente em submeter os índios inimigos e integrar os aliados. Isso se faria através da guerra justa e da política de aldeamentos, respectivamente.

O Regimento de Tomé de Souza já trazia a primeira manifestação de uma política indigenista. Iniciava-se a política de aldeamentos, cuja função era a de reunir os índios aliados em grandes aldeias próximas aos núcleos portugueses.

Ali estabelecidos, inicialmente sob a administração dos jesuítas, iriam se tornar súditos cristãos para garantir e expandir as fronteiras portuguesas na colônia e servir aos colonos, missionários e autoridades, mediante trabalho compulsório num sistema de rodízio e pagamento irrisório.

Os inimigos, vencidos nas chamadas guerras justas, serviriam à colônia na condição de escravos. Nessas condições, vários grupos étnicos do Brasil integrados à colônia, na condição de escravos ou de aldeados, misturavam-se entre si e com outros segmentos da sociedade colonial nas fazendas, engenhos, lavouras e aldeamentos nos quais desempenhavam diferentes papéis.

Convém ressaltar que este processo de inserção dos índios à sociedade envolvente (colonial e depois imperial), através de guerras, acordos e aldeamentos manteve-se até o século XIX. Uma vez integrados à colônia, esses índios, grosso modo, desapareceram da nossa história, embora ainda continuassem muito presentes na sociedade colonial e depois imperial, como evidencia a rica documentação que, sobretudo nas últimas décadas, vem sendo investigadas por historiadores e antropólogos nas mais diversas regiões do Brasil.

Tais estudos contribuem para uma revisão não apenas da história indígena, mas da própria história do Brasil. A copiosa e aparentemente ambígua legislação

indígenista do período colonial, analisada por B. Perrone-Moises, revela as expectativas da Coroa quanto aos importantes e contraditórios papéis que se pretendia atribuir aos índios: súditos cristãos, e força de trabalho.

A base da legislação era a liberdade dos índios, mas até o período pombalino (Lei de Liberdade de 1755), com brevíssimos períodos de exceção, as leis legitimavam a escravização para os índios hostis, vencidos nas chamadas guerras justas.

A diversidade e ambivalência das leis que continuamente se sucediam, nas diferentes regiões da colônia, apontam para o fato de que elas se construíam e se anulavam, conforme os embates e o maior ou menor poder de barganha dos atores envolvidos.

Além da legislação, cabe atentar para a rica documentação sobre conflitos em torno das aldeias. Índios, colonos, autoridades e missionários enfrentavam-se para fazer valer suas diferentes expectativas a respeito da fundação e funcionamento das aldeias.

Nas últimas décadas, as pesquisas têm valorizado o papel ativo dos próprios índios nessas disputas. As Consultas do Conselho Ultramarino constituem documentos muito ricos por apresentarem diferentes pareceres sobre o mesmo assunto.

O Conselho Ultramarino era o principal órgão metropolitano para lidar com questões coloniais e tratava dos mais variados assuntos, desde aqueles relativos a altas esferas do poder, até os requerimentos de súditos simples e pobres que recorriam ao Rei para obter justiça e mercês desejadas. Os índios souberam também valer-se deste recurso e suas petições e requerimentos nos informam sobre algumas de suas expectativas em relação às aldeias. Solicitavam demarcação de suas terras, o direito de não serem escravizados e trabalharem para quem quisessem, cargos, aumentos de salários, ajudas de custo, destituição de autoridades não reconhecidas por eles e, ainda, patentes, bons tratos e até títulos honoríficos. (ALMEIDA, Artigo, p.12).

Dessa forma, não foram poucas as lideranças indígenas que, na Amazônia seiscentista, solicitavam títulos de Cavaleiro da Ordem de Cristo. Evidência na relação entre os nativos e a religiosidade, que foi, aos poucos, sendo entremeada na cultura indígenista. No século XVIII, nas vilas de Minas Gerais, índios ilegalmente escravizados recorriam à justiça para obter liberdade. Essa observação pode ser feita no Livro o Espelho de Próspero de Richard Morse (1988, p. 72), quando ele

trata do assunto dizendo que:

Não é necessário dizer que a Ibero e a Anglo-América compartilhavam as culturas políticas de suas respectivas pátrias de origem. No primeiro caso é inclusive difícil, formalmente, distinguir os vice-reinados americanos como um corpo político separado, dado o alcance da teoria política ibérica e a integração transatlântica das instituições burocráticas, eclesiásticas e as acadêmicas, bem como a filiação e as simpatias às vezes ambivalentes de seus porta vozes. (MORSE, p. 72,1988).

Apesar dos imensos prejuízos, portanto, a legislação dava aos índios possibilidades de reivindicarem direitos e eles o faziam. As principais disputas se davam em torno do trabalho dos índios e das terras das aldeias, variando conforme as regiões e temporalidades. Os vários acordos de paz e de descimentos (expedições que transferiam os índios das aldeias de origem para as aldeias coloniais) estabelecidos com os portugueses constituem também documentos ricos em informação sobre as pretensões dos índios ao ingressar no mundo colonial e sobre suas relações com os colonizadores. Em meados do setecentos, a nova legislação indigenista de Pombal, estabelecida através do Diretório dos Índios, foi o primeiro passo para a política assimilacionista que iria se acentuar no século XIX.

Expulsos os jesuítas, a nova lei (escrita inicialmente para a Amazônia e depois estendida às demais regiões da América portuguesa) visava transformar as aldeias indígenas em vilas e lugares portugueses e os índios em vassallos do Rei, sem distinção alguma em relação aos demais. Incentivou-se a miscigenação e a presença de não índios no interior das aldeias. Tais medidas provocaram reações diversas. Na capitania do Ceará, os índios de Soure opuseram-se principalmente à imposição dos dízimos que passavam a ser cobrados, conforme assinalou Isabele B. P.da Silva. Apesar das mudanças, o direito dos índios às terras das aldeias foi mantido. Convém observar que a aplicação da nova lei variava conforme as regiões e as diversas características dos povos indígenas.

2.3 O Tratado de Tordesilhas e o interesse luso pelo interior brasileiro

O grande obstáculo para as conquistas, principalmente, entre Portugal e Espanha, era na verdade a concorrência travada entre as duas nações durante anos. Nas terras americanas havia muito o que explorar e, dessa maneira, os

interesses entre ambas as partes passou a ser uma disputa onde Portugal seria o grande ganhador nas terras brasileiras. Começou assim uma verdadeira disputa entre Portugal e Espanha pela ocupação de terras. Para evitar que Portugal e Espanha brigassem pela disputa de terras, os governos desses dois países resolveram pedir ao papa que fizesse uma divisão das terras descobertas e das terras ainda por descobrir. Em 1493, o papa Alexandre VI criou um documento chamado *Bula*. Nesse documento, ficava estabelecido que as terras situadas até 100 léguas a partir das ilhas de Cabo Verde seriam de Portugal e as que ficassem além dessa linha seriam da Espanha. No mapa abaixo a divisão fica explícita e o caminho fica aberto para as conquistas e explorações.

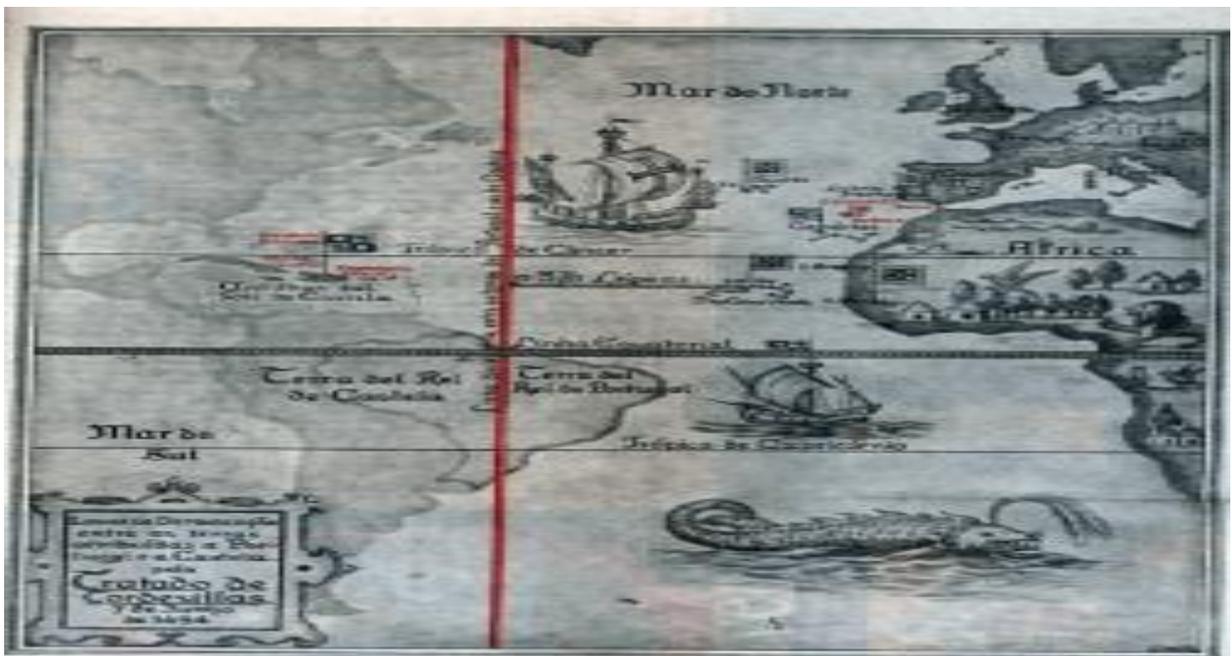


Figura 2 - Fonte: <http://www.infoescola.com/historia/tratado-de-tordesilhas>, 25/12/2012, 18:30min.

O medo que Portugal tinha de perder o domínio de suas conquistas foi tão grande que, por meio de forte pressão, o governo português convenceu a Espanha a aceitar a revisão dos termos da bula e assinar o Tratado de Tordesilhas (1494). Então os limites foram alterados de 100 para 370 léguas. É nesse contexto que acredita-se que Portugal conhecia melhor o território brasileiro do que os espanhóis, que tinham preocupações maiores com as terras mais ao centro da costa do território americano e deixava assim, o restante do território para a exploração lusa.

De acordo com o Tratado de Tordesilhas, as terras situadas até 370 léguas a

oeste de Cabo Verde pertenciam a Portugal, e as terras a oeste dessa linha pertenciam a Espanha. O Brasil ainda não havia sido descoberto e Portugal não tinha idéia das terras que possuía. Hoje sabemos onde passava a linha de Tordesilhas: de Belém (Pará) à cidade de Laguna (Santa Catarina). De acordo com o Tratado, boa parte do território brasileiro pertencia a Portugal, mesmo se fosse descoberto por espanhóis. Portugueses e brasileiros não respeitaram o tratado e ocuparam as terras que seriam dos espanhóis. Foi assim que o nosso território ganhou a forma atual. Apesar dessa invasão, os espanhóis não se defenderam, pois estavam ocupados demais com as terras que descobriram no resto da América, ao norte, a oeste e ao sul do Brasil. Mesmo após 250 anos de descobrimento, os brasileiros e portugueses continuavam avançando para o interior, não respeitando a linha de Tordesilhas. A maioria nem sabia que ela existia. E assim, terras que seriam da Espanha, acabaram sendo tomadas pelos colonizadores.

Na ocasião a igreja não se dispunha efetivamente, nem para um lado nem para outro, já que a ela cabia o papel de acompanhar a exploração feita, tanto por portugueses quanto por espanhóis. Nesse contexto a idéia de que a igreja não pendia nem para um lado e nem para outro está explícito nas “missões jesuíticas”. Fica claro e facilita o entendimento da ação da igreja.

2.4 As missões jesuíticas e os interesses colonizadores portugueses no Brasil

Com a quebra do tratado de Tordesilhas¹ fato que se consumou por meio da transferência do domínio português para o espanhol, ficou mais claro as ações dos dois lados. Com a união Ibérica a América antes dividida pelo Tratado de Tordesilhas de 1494 agora não mais havia a necessidade de obedecer a esse limite, pois o rei agora era senhor de todos os domínios portugueses e, com isso, o caminho ficou desimpedido, permitindo desta forma, a movimentação de entradas de bandeiras em

¹ A partir de 1580 até 1640 houve a chamada União Ibérica, ou seja, a união das coroas de Portugal e Espanha. Esse fato se deu devido D. João III morrer em 1557 que deixou o trono português ao seu neto D. Sebastião em 1578 com 24 anos de idade ele empreendeu uma luta contra os mouros no norte da África, tendo com esse fato desaparecido nesse conflito e não deixando nenhum herdeiro, o trono passa para seu tio avô D. Henrique com idade avançada (64 anos) e também não deixou herdeiros. Com a morte de D. Henrique o trono passa a ser disputado pelos herdeiros da família, um deles era o rei da Espanha Felipe II que era tio avô de D. Sebastião, os portugueses optaram pelo rei espanhol, pois com isso aumentariam a influência sobre o comércio com as coroas espanholas. SARAIVA, José Hermano. História Concisa de Portugal, Coleção Saber editora. Publicações Europa-América, 1979, p.164.

zonas que antes não podiam ser movimentadas em virtude de acordo feito pelo referido tratado. É verdade porém que ao território brasileiro foi dada pouca importância por parte dos espanhóis. Coube aos portugueses usufruir dessa oportunidade e adentrar territórios e se estabelecer como o grande beneficiário das ocupações espanholas. Sabe-se portanto que aos portugueses havia uma melhor condição de exploração das terras cá do atlântico, uma vez que aos espanhóis não valeria a pena a incursão para as terras centrais, que partiriam da exploração a partir do pacífico. Ficavam, porém, conformados com o imenso território, que tinham pela frente, na costa americana do pacífico.

O mapa abaixo nos mostra como era dividido o território americano, por conta das disputas já comentadas. Fica evidente que a fatia maior foi sempre dos espanhóis. Mas aos portugueses ficou o legado de explorar melhor o que eles próprios tinham em mãos. Vejamos o mapa a seguir:

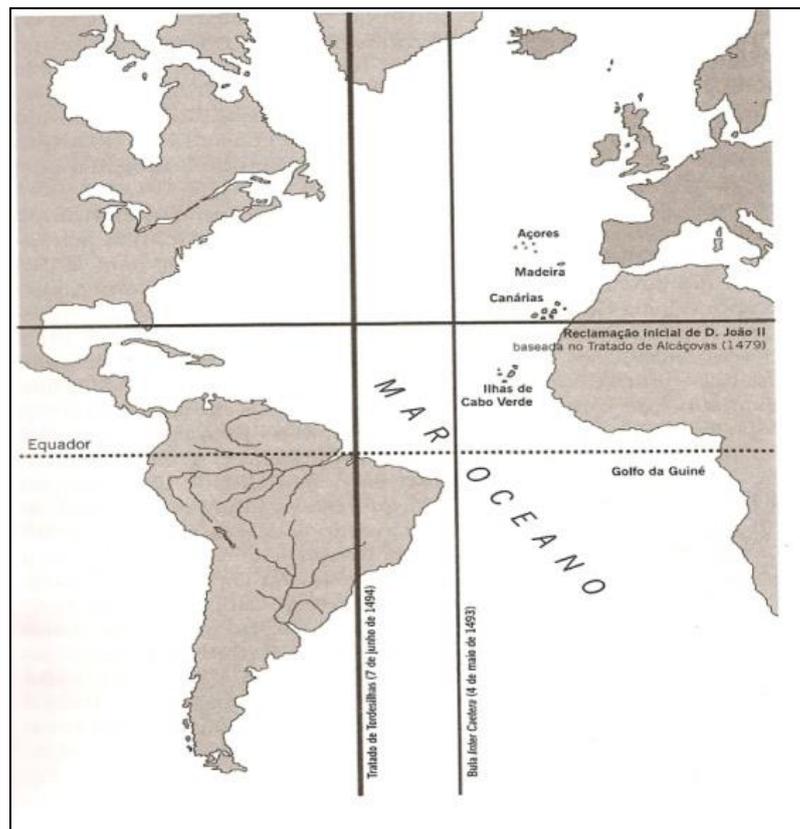


Figura 3 - Mapa: GOES FILHO, Synesio Sampaio. Navegantes Bandeirantes, Diplomatas: um ensaio sobre a formação das fronteiras do Brasil. São Paulo: Martins Fontes, 2001, p 45.

2.5 Minerações, Diamantes e desbravamento em Goiás

A prática de uma política econômica nos moldes mercantilistas levou os portugueses a procurarem novos mercados e, por consequência, novos territórios que pudessem abastecer a coroa portuguesa com ouro e prata. Para tanto Portugal, que já havia ocupado as terras americanas do sul, promoveu uma política de exploração mais voltada para a busca dos metais e pedras preciosas. Também saíram em busca de outras riquezas, que incluísse aí, especiarias diferentes daquelas encontradas na Europa. Portugal já não era a potência econômica dos séculos anteriores, ou seja, aquela nação, que no século XV foi considerada a rainha dos mares e, por consequência, uma grande potência econômica. Nesse momento já havia outras nações, que competia de igual para igual, tanto nos espaços territoriais ocupados, quanto no mar. A Inglaterra surgia como a grande ameaça econômica.

Mas antes, há a necessidade de buscar alguns detalhes, que são importantes para o entendimento textual, como os tratados impostos para garantir a divisão territorial e, por consequência, econômica. Torna-se necessário rever a história no sentido das grandes navegações, do sentido da idéia cultural com relação aos povos não europeus, da religiosidade e da proximidade que estes tinham com os Reis da época.

Assim, na época das grandes navegações, os europeus tinham a certeza e, por isso, acreditavam que todos os outros, que não eram cristãos e não possuíam o caráter civilizatório do qual eles tinham conhecimento, poderiam ser dominados. Ao lançarem ao mar em busca desses novos territórios e em busca de riquezas, se depararam com territórios, que passavam a se chamar Colônias. Nesse contexto achavam que podiam ocupar todas as terras que iam descobrindo mesmo se essas terras já tivessem dono. Alias, a idéia de dono contrariava os europeus, pois como entender os nativos, não civilizados, como dono de algo, que eles não conseguiam organizar.

A evidência da coroa portuguesa em pensar no grande empreendimento aurífero e diamantífero, que poderia ocorrer nas terras das Minas Gerais, era notório porque partiu de estudos pré estabelecidos ou pré concebidos. Porém vão pensar em razão de uma grande demanda do metal e das pedras preciosas no mercado

internacional. Portanto o assunto que envolve a mineração é bastante elucidativo, pois o Brasil como colônia da grande potência na época, que era Portugal, servira para garantir aos lusos uma pomposa hegemonia, destacando-se no mundo inteiro como grande produtor e comerciante de iguarias que só poderiam ser retirados de novas terras, como esta deste outro lado mundo.

É certo, porém, que a história vai caminhar, ao longo dos anos, para um processo de exploração, já conhecido no estudo ora feito, que nos levará ao conhecimento da sua trajetória engendrando nos caminhos da mineração em quase todo o território brasileiro. No começo o que era preocupação da coroa era a mineração. Porém é compreendido que a mineração era apenas parte do processo de ocupação. Chegaram com a idéia de explorar o ouro e o diamante. Depois, a pecuária a cana de açúcar ou vice e versa será parte de um outro processo econômico. Caminhamos para entender que o processo pode ser parecido em muitos pontos, que serão fundamentais, por exemplo, para entender a história de ocupação do interior goiano. João Afonso (Guanicuns, 2012) nos afirma que:

Importa que a capitania foi palco de uma lenta transmutação produtiva onde o extrativismo foi sendo vagarosamente substituído pela lavoura e pecuária de subsistência, tendência que vinha se anunciando mesmo antes do esgotamento das minas. Mineração-lavoura-pecuária constituiu, desde o início, um “complexo” interdependente. Tais atividades foram complementares e a produção de gêneros alimentícios indispensáveis para a continuidade da extração e abastecimento dos arraiais. Com o gradativo esgotamento das jazidas houve significativo aumento de explorações rurais evidenciando a mudança no caráter de exploração destas atividades e produzindo-se, desta feita, quase que unicamente para a própria subsistência e na criação do gado.

Em suas considerações acerca do trabalho escravo em Goiás nos séculos XVIII e XIX, nos assevera a professora Gilka Vasconcelos Ferreira de Salles (1983) que a produção açucareira do litoral levou para o centro oeste a demanda do braço escravo indígena, para sustentar o lucro dos canaviais e outras produções adjacentes. A procura do escravo indígena concomitante a do metal, inaugura para Portugal a fase abundante de sua economia metálica e diamantífera. Correspondem ao período de conquista e colonização do centro do Brasil.

Embora de curta duração, o ciclo do ouro e do diamante em Goiás foram os responsáveis pela formação da sociedade goiana. O declínio da mineração e a falta de uma atividade compensadora que viesse a substituir o ciclo minerador, bem como

a situação geográfica de Goiás, foram fatores que contribuíram para que o estado não recebesse imigrantes europeus que a partir de 1808 começaram a chegar no Brasil.

Os primeiros arraiais vão surgir justamente nesse período minerador: meados do século XVIII até o final do mesmo. O ouro e depois o diamante, como sabemos, foram descobertos, primeiro nas minas gerais. Somente depois é que o metal e a pedra preciosa foram descobertos aqui por Goiás e Mato Grosso. Consumava-se, então, o sonho de muitos paulistas, portugueses e mamelucos, que desprenderam esforços com objetivos de encontrar ouro e diamante pelo interior do Brasil.

2.6 A Urbanização em Goiás

É importante caracterizar o processo de urbanização em Goiás a partir do século XVIII e verificar como esta ocupação se deu e como ela vai refletir o direcionamento nos anos vindouros. O incentivo para a interiorização do Brasil era dos mais variados, uma vez que, os interessados, segundo acordos com a coroa portuguesa, poderiam adquirir e levar em frente projetos que pudessem alcançar regiões interioranas e nelas promover desenvolvimento. Torna-se perceptível que as primeiras glebas oferecidas eram propriedades rurais de grandes extensões de terra. Com o certificado de propriedade os primeiros proprietários puderam adentrar o território e traçar o início das futuras estruturas que iriam caracterizar os estados centrais brasileiros.

O surgimento de atividades garimpeiras e depois das agropastoris foi crescendo aos poucos, a ponto de serem mais observadas após a inserção de pessoas ao centro do país. Com isso houve necessidade de exploração mais criteriosa e, por isso, a necessidade de canalização destas produções para os centros exportadores. O crescimento da exportação urbanizou o litoral com os primeiros centros urbanos, que foram as cidades portuárias. A partir desse surgimento houve a necessidade de ampliar os canais de escoação, que por consequência, viabilizou a construção de estradas, que pudesse ligar o centro brasileiro à estes portos.

A urbanização foi um processo lento e gradual. Mas o processo produtivo capitalista que se iniciava estava fazendo valer a máxima de que o centro produtor

dos mais variados produtos industrializados e seu consumo eram as cidades. Diante disso, a vida rural foi perdendo seus atrativos, principalmente, a partir do século XX, onde as estruturas agrárias e os modelos de produção deixaram de constituir uma importante fonte de renda para os novos ricos do início daquele século.

Até a década de 50, o Brasil era mais rural do que efetivamente urbano. Isso de uma maneira geral, já que a região sudeste rapidamente se adaptou ao fluxo desenvolvimentista e serviu como parâmetro. Em Goiás, pela razão de permanecer periférico, não se encaixou bem no perfil adotado pelos novos rumos da economia nacional. O Estado permaneceu num quadro de atividades primárias e se manteve durante tempos, sem direcionamento de investimentos por parte do governo brasileiro.

Os pequenos povoados ou aglomerações de moradias no antigo território goiano não tinham tanto progresso. Assim, vamos assistir em Goiás uma urbanização tardia promovida pelo Governo Federal. O surgimento de várias cidades no interior de Goiás vai se dar exatamente a partir dessa intenção:

A urbanização como processo, e a cidade, forma concretizada deste processo, marcam tão profundamente a civilização contemporânea, que é muitas vezes difícil pensar que em algum período da história as cidades não existiram, ou tiveram um papel insignificante (SPÓSITO, 1997, p. 11).

Essa necessidade de abrigo, ou mesmo de intercâmbio social, não deixa de ser uma vontade e um modelo que o próprio capitalismo definiu a partir do seu surgimento. Não estamos colocando um ponto final na história da urbanização, apenas ressaltando o novo enfoque dado pelo desenvolvimento do capitalismo.

2.7 Goiás e o novo ciclo da economia brasileira

A produção açucareira do litoral levou para o centro oeste a demanda do braço escravo indígena, para sustentar o lucro dos canaviais e outras produções adjacentes. A captura do indígena para a escravidão para as atividades econômicas no litoral, fez com que houvesse o conhecimento e o desbravamento dos territórios centrais do Brasil inclusive as regiões dos Rios Araguaia e Tocantins e essa ação fez com que concomitante a captura dos índios houvesse a procura de metais e pedras

preciosas². Com as descobertas de ouro em Minas Gerais por volta de 1693 em Mato Grosso, em 1718 e em Goiás, em 1725 inaugura para Portugal a fase abundante de sua economia metalífera e diamantífera. Correspondem ao período de conquista e colonização do centro do Brasil³.

A princípio Goiás ficou subordinado à capitania de São Paulo, fazendo parte da dinâmica colonial portuguesa. Goiás era administrado por Bartolomeu Bueno da Silva, o Anhanguera que recebera o nome por ser o descobridor e, assim, foi nomeado para o cargo de Superintendente das Minas de Goiás. Bartolomeu fundou os primeiros arraiais dando início à atividade mineradora em 1739. Nesse período foi fundada a primeira vila em Goiás. O antigo Arraial de Santana passa a ser Vila Boa de Goiás que agora era presidida pelos “homens-bons” que eram representantes das elites locais.



Figura 4 - Foto da época, 1739.

Fonte: <http://www.google.com.br/search?q=homens+bons+no+período+colonial,onde+se+instalara+no+Brasil+o+império+dos+homens+bons>. Acessado às 22:06 do dia 26/05/2013.

Essa iniciativa tinha como principal objetivo incentivar a ocupação e privilegiar alguns apaniguados para a manutenção de uma suposta ordem nos povoados. No processo de organização da administração colonial, percebemos que a Coroa Portuguesa tinha claras pretensões em preservar seus interesses particulares em território brasileiro. Para tanto, não devia somente cuidar da indicação do governador-geral, mas também traçar estratégias de controle que pudessem funcionar eficazmente nas esferas menores do amplo território. Abaixo o mapa da

² Tal como houve com Bartolomeu Bueno da Silva o Anhanguera (pai) que em 1673 havia achado ouro em Goiás.

³ Em suas considerações acerca do trabalho escravo em Goiás nos séculos XVIII e XIX, nos assevera a professora Gilka Vasconcelos Ferreira de Salles (1983)

época – 1719 – mostra as capitânicas na divisão estratégica do governo colonial.



Figura 5- Mapa das Capitânicas do Brasil em 1719.

Fonte: http://projeto-paraisopolis.blogspot.com.br/2010_06_01_archive.html. Acessado as 22hs do dia 14/01/2013.

A atividade mineradora se faz com um tipo de povoamento sazonal e urbano por meio de homens que a procura de ouro vasculhou os territórios mineradores em busca do enriquecimento fácil. Em poucos anos, Goiás passou a receber um fluxo grande de pessoas, ocupando povoações mineradoras gerando inúmeros povoados.

A região mineradora de Goiás pode ser dividida em três zonas durante o século XVIII⁴:

- Primeira Zona: situa-se no centro-sul, com arraiais de Santa Cruz, Santa Luzia, Meia Ponte, Jaraguá Vila Boa.

⁴ Segundo PALACIN, Luiz. MORAES. M^a Augusta de Sant'Anna. História de Goiás. 6^a Ed. Goiânia; Ed. UCG, 1994, p. 12.

- Segunda Zona: região do rio Tocantins: Trairas, Água Quente. São José, Santa Rita, Muquem.
- Terceira Zona: norte da capitania, uma extensão entre o Tocantins e os chapadões dos limites com a Bahia encontrava-se algumas povoações dispersas: Arraias, São Felix, Cavalcante, Natividade e Porto Real.
- Havia também arraiais isolados como: Pilões, Pilar, Crixás e Couros.

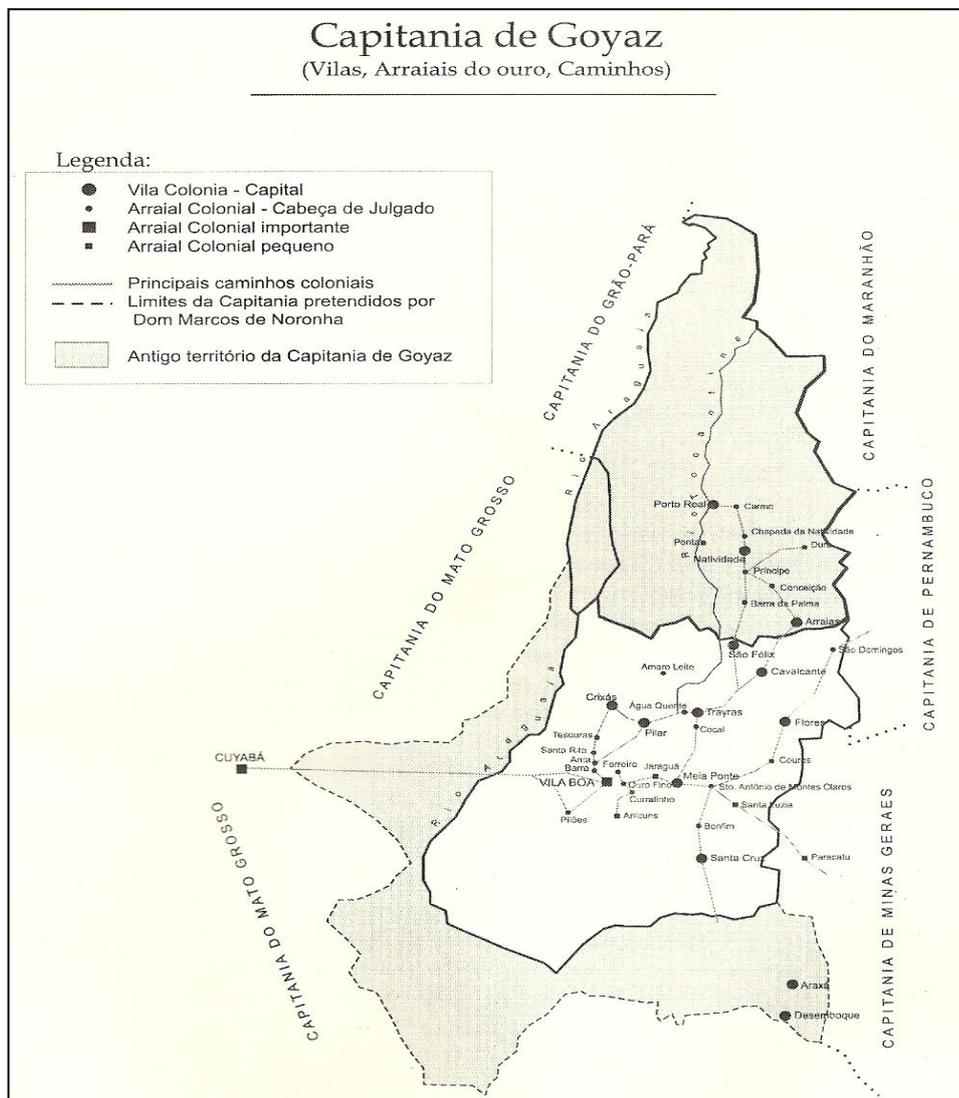


Figura 6 - PALACIN, Luiz; GARCIA, Ledonias Franco e AMADO, Janaina. História de Goiás em Documentos: 1 – Colônia. Goiânia: UFG, 2001.

Essa massa populacional gerou uma sociedade inteiramente voltada para a atividade mineradora, uma população em sua maioria masculina e de diferentes

regiões desde os Paulistas, os Reinois (gente que veio do reino, ou seja, Portugal), baianos, da capitania de Minas Gerais, e demais capitanias. Acrescentando a eles há também um fluxo de massas de excluídos da sociedade colonial e de Portugal que afluía em busca de riquezas geradas pela busca do ouro. O fato de o ouro gerar riqueza pode acrescentar a concorrência do açúcar produzido no nordeste brasileiro, com o açúcar das Antilhas produzido pelos holandeses, fazendo com que muita gente abandonasse essa atividade e se arriscariam em busca do metal dourado no centro do Brasil.

Em meio a essa massa de pessoas podemos destacar o papel da Igreja Católica que por meio de seus sacerdotes e organização procurava ordenar essa população flutuante em Goiás, procurando reforçar a disciplina por meio da fé, reforçando ideologicamente a ordem estabelecida. Nesse meio adverso de pessoas predominava o concubinato relação mostrando uma sociedade um tanto fora dos padrões da igreja, essa fato gerou uma crescente interesse da igreja em estar presente em locais de mineração ocorrendo a criação da prelazia de Goiás ainda no ano de 1745 o papa Bento XIV promulgou a bula *Candor Lucis Aeternae*.⁵

Pelo nosso dileto filho Manoel Pereira de Sampaio, comendador da Milícia de Cristo e encarregado dos Negócios do reino de Portugal junto de Nós e desta Santa Sé, foi recentemente proosto a Nós que, se a vastíssima Diocese do Rio de Janeiro for dividida de tal modo que, permanecendo como tal o Bispado já existente, se constitua um segundo em São Paulo e um terceiro em Mariana, cada qual deles com seu Bispo ou Pastor, e mais ainda se criem duas Prelazias, ficando uma em Goiás e outra em Cuiabá.

A Prelazia de Goiás foi criada pelo Papa Bento XIV no dia seis de dezembro de 1745, por meio da bula *Candor lucisaeternae*, desmembrada da então Diocese de São Sebastião do Rio de Janeiro.

No dia 15 de julho de 1826, pela bula *Sollicita Catholicigregis cura*, do Papa Leão XII, foi elevada a diocese. No dia 18 de novembro de 1932, a bula *Quae in faciliorem*, do Papa Pio XI, elevou a diocese à dignidade de arquidiocese e Sede Metropolitana.

O Papa Pio XII, no dia 26 de março de 1956, pela bula *Sanctissima Christi voluntas*, extinguiu Arquidiocese de Goiás.

⁵ Bula *Candor Lucis Aeternae*, de 6 de dezembro de 1745 do Papa Bento XVI. In SILVA, José Trindade da Fonseca e. Lugares e pessoas: subsídios eclesiásticos para a História de Goiás. Goiânia: Ed. da UCG, 2006. p. 112 a 123.

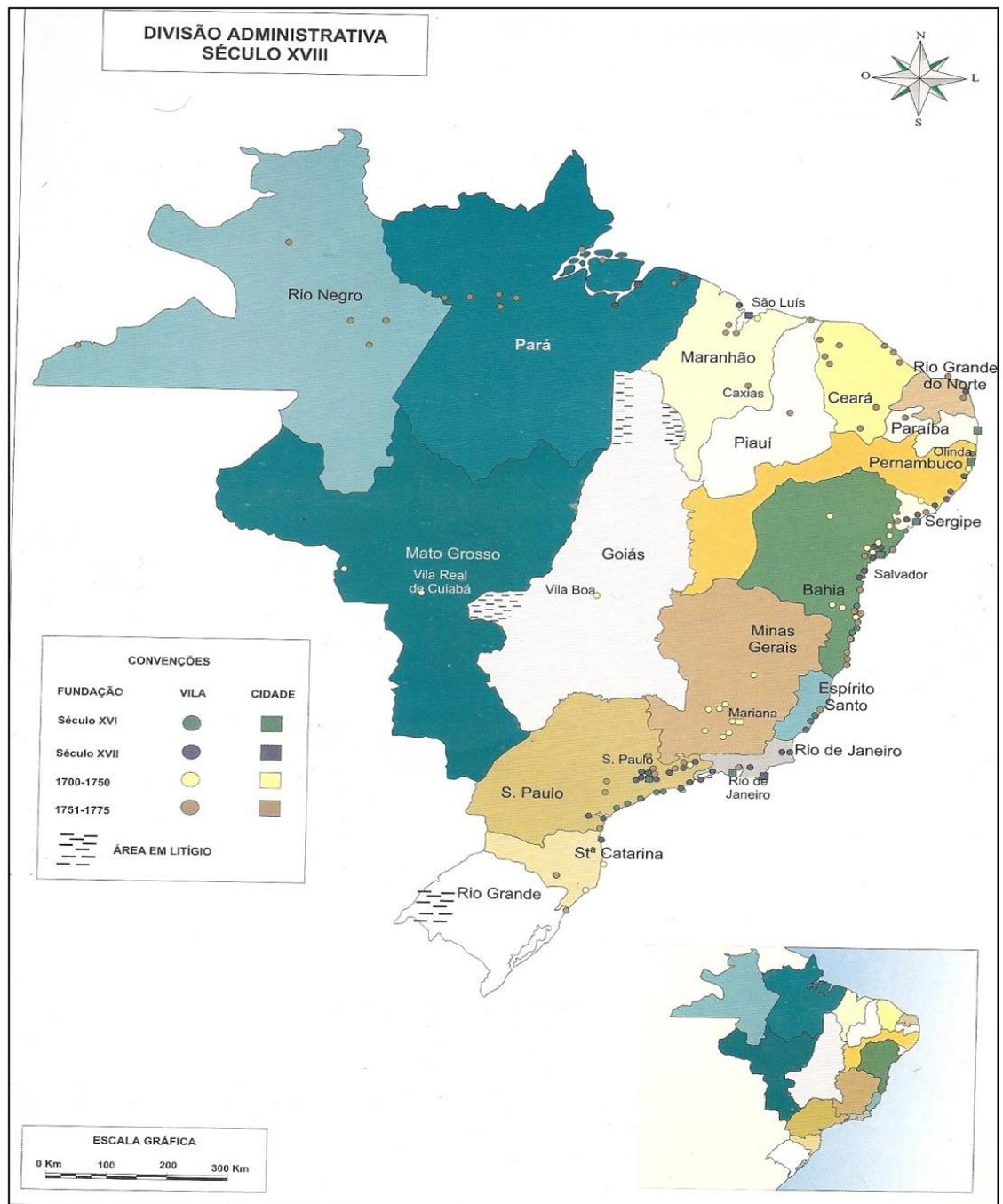


Figura 7 - ROCHA, Leandro Mendes (org.) Atlas Histórico de Goiás Pré-colonial e Colonial. Goiânia. CECAB editora, 2001.

Nesta mesma data, pela bula *Quo gaudio*, o Papa criou a nova Diocese de Goiás, desmembrada da antiga Arquidiocese de Goiás e da Prelazia de Bananal, também extinta no mesmo dia. Parecia uma era de mudanças. Porém, mudanças que vieram para definir o futuro da instituição nas antigas minas de goyazes.

2.8 Marcha para o oeste

A idéia de avançar para o centro do Brasil, com a perspectiva de uma descentralização do processo econômico e viabilização da política administrativa teve o nome de “Marcha para o Oeste”. Este foi um projeto de iniciativa do Governo de Getúlio Vargas no período do Estado Novo, para ocupar e desenvolver o interior do Brasil. Apesar de que o projeto de interiorização do Brasil era uma forma de expandir o caráter da revolução de trinta, aplicando os ideais de mudanças, propaladas pelo caráter da própria política desenvolvimentista, serviu também para desmistificar a idéia de que o Brasil continuaria a dar importância para os grandes centros comerciais do país.

Agora o Brasil não era apenas sudeste e sul. O centro oeste tinha política de atenção governamental. Este projeto foi lançado na véspera de 1938, e nas palavras de Vargas, que observava um grande desafio promover e efetivar a Marcha, declarou que ela incorporou “o verdadeiro sentido de brasilidade”, como uma excelente oportunidade de salvaguarda para os infortúnios que a nação passava. Era assim que o governo central pensava, uma vez que, era notório o desenvolvimento na costa brasileira, deixando para trás o grande desafio de interiorizar o país. Numa referência a Emerson Santiago (2012) é possível captar e dizer que:

Até a segunda metade do século XX, o Brasil Central continuava a ser uma área desconhecida para a maior parte dos brasileiros, carregando ares mitológicos devido a seu território pouco desbravado e hostil. No censo de 1940, por exemplo, o sul matogrossense contava com somente 238.640 habitantes. Esse que era considerado um vazio populacional no Mato Grosso do Sul passou, a partir de então, a servir de atrativo para empresas colonizadoras entusiasmadas com o sucesso de suas similares empreitadas nos estados de São Paulo e Paraná – neste último, por exemplo, a Companhia de Terras Norte do Paraná foi responsável, nas décadas de 1920 e 1930, por toda a colonização de sua região oeste, compreendendo hoje municípios como Londrina e Maringá, através de um sistema de pequenos loteamentos rurais para imigrantes que escapavam das dificuldades econômicas e conflitos da primeira e segunda guerra mundial. A ocupação do centro-oeste visava também a ser uma etapa preliminar à ocupação da Amazônia. (<http://www.infoescola.com/historia-do-brasil/marcha-para-o-oeste/>).

A idéia experimentada foi a de que, apesar do extenso território, o Brasil havia prosperado quase que exclusivamente na região litoral. E isso foi culminando em

descontentamento por parte de muitos, entre eles a elite, que apoiara, Getúlio Vargas e que queriam que parte das atenções fosse descentralizadas e caminhasse para o interior do país.

Notava-se portanto que, enquanto o vasto interior mantinha-se estagnado, vítima da antiga política mercantilista colonial, da falta de estradas viáveis, de investimentos mínimos na infra-estrutura, o sul e o sudeste não padeciam deste mal. Talvez a República Velha (1889-1930) deixara este legado e era hora, inclusive, de resolvê-lo.

É certo também que mais de 90% da população brasileira ocupava cerca de um terço do território nacional. O vasto interior, principalmente as regiões norte e centro oeste, permanecia esparsamente povoado. Muitos índios fugiram para o interior justamente por estas razões.

Era no interior que os índios ou nativos procuravam maior proteção em relação ao domínio do homem branco. Esta não adaptação ao meio branco provocou uma migração forçada e que, mais tarde, seria novamente abalada pela penetração da política de interiorização provocada pelo governo central.

Os Objetivos da Marcha Para o Oeste eram basicamente uma política demográfica de incentivo à migração, que garantisse um avanço aos principais centros capazes de produzir algo que pudesse atender a demanda dos grandes centros; a criação de colônias agrícolas, que pudesse fixar e, ao mesmo tempo, constituir comunidades capazes de gerir o modelo administrativo proposto pelo governo central; a construção de estradas, para facilitar a comunicação e o transporte de matérias primas para atender os grandes centros do sul e sudeste; uma reforma agrária aos moldes do governo de Vargas, que deveria atender à demanda daqueles dispostos a fixar e produzir nos rincões das novas terras e, por fim, o incentivo à pecuária e produção agrícola de sustentação, que iria manter não só os proprietários como aqueles que dele dependiam nas relações de meias e arrendamentos de terras e produção.

Em boa parte, tal sonho progressista se concretizou. Transcorrida por cerca de quarenta anos, a Marcha Para o Oeste fundou cerca de 43 vilas e cidades, construiu 19 campos de pouso, contatou mais de cinco mil índios e percorreu 1,5 mil quilômetros de picadas abertas e rios. No interior de Goiás, cidades como Jataí, Caiapônia e Aragarças, serviram como guia de desenvolvimento das estradas e, ao

longo de tais estradas, surgiram várias outras impulsionadas pelo levante desenvolvimentista do Governo de Vargas.

Cidades como Bom Jardim de Goiás, Piranhas, Arenópolis, Iporá e outras, surgiram por uma influência quase que direta pela implantação do projeto da Marcha para o Oeste.

CAPÍTULO III

3.1 No início: Arraial do Bonfim

3.1.1 A importância dos Rios: Claro e Pilões

Misturamos nesse trabalho migração, religiosidade, espaço e território. No caso específico, o interesse maior fica por conta da história de Iporá e as suas ligações com movimentos que puderam dar ao nascimento da cidade, uma expressão maior, inclusive, marcando a sua trajetória de surgimento e efetivação no local onde se encontra.

Por isso percorremos o interior de Goiás abordando a sua região oeste e chegamos ao surgimento do Arraial do Bonfim, que será a origem da cidade de Iporá, onde é o foco central do estudo.

Há muitos anos atrás, antes mesmo da economia goiana tornar-se de expressão no cenário nacional, havia para as bandas do oeste de Goiás, uma tendência econômica que se avolumava nos rios da nossa região.

No início, os núcleos populacionais que se concentravam nas regiões de exploração aurífera e diamantífera não possuíam estruturas sólidas. Eram primeiramente, choupanas e adaptações que pudesse, ao menos, dar pouso aos primeiros “proprietários” e exploradores.

O Arraial do Bonfim já era notícia em Lisboa após sua descoberta. O Rei D. João V, o monarca de uma era de bonança portuguesa, no que refere a exploração aurífera e diamantífera, mandou uma guarnição para vigiar as minas dos aventureiros garimpeiros que vinham em busca de riquezas.

Na verdade a guarnição não teria vida fácil neste local, tanto é que o intendente de Goiás, que era o representante da Fazenda Real – órgão que cuidava dos interesses econômicos da época – levou até ao Governador e ao Ouvidor o conhecimento do Rei das Minas e as suas intenções de proteção. Dessa reunião, determinou-se que fosse enviado “... um contingente militar de quatro Dragões – polícia da guarda real – e um efetivo de quarenta voluntários civis, para expulsar os “mineradores ilegais” (GOMIS, 1998, p. 33). Palacin, afirma:

Ortiz, seu companheiro recebeu o cargo de Guarda-Mor. Foram, assim estabelecidos os primeiros cargos administrativos das minas, sob a jurisdição da capitania de São Paulo. Foi em torno dos rios Vermelhos e Meia Ponte que Goiás conheceu os primeiros aglomerados urbanos. Nas margens do Rio Vermelho surgiu aquela que viria a ser a capital goiana ou a capital da capitania. Outros sertanistas fundaram Ouro Fino, Santa Rita, Flores, Crixás, São José, Água Quente, Trahíras, que se transformaram em campos de exploração, disseminando tragédias e de ambições que não possuíam limites para as vontades de homens sem classe e sem educação. Goiás povoava-se em razão do ouro e, da mesma forma, despovoava-se na mesma razão.

Finalmente a coroa decidiu fortalecer o governo de Goiás, enviando um governador cuja tarefa principal era trazer ordem às zonas de diamantes. Gomes Freire de Andrade, o célebre governador do Rio de Janeiro, Minas e Colônia de Sacramento, colocou ordem na situação do novo distrito diamanteiro, determinou postos de guarda e colocou a pena severa de confisco de bens, e dez anos de exílio em Angola para qualquer civil ou clérigo entrando na zona proibida. (Macedo, 1990:14).

Caminhando mais ao centro, porém, próximo distrito de Água Boa, havia outras posições e pontos de que se transformaria, pouco mais tarde, em pontos de exploração aurífera e diamantífera. É verdade que no ano de 1733, já se tinha notícia de ouro e diamante na região que abriga os rios: Claro e Pilões. A própria casa de fundição de São Paulo, através de Dom Luis Antônio de Távora, reconheceu o valor da região e o seu potencial, quando ordenou ao Procurador da referida Casa de Fundição, que reconhecesse as pedras da região. Macedo afirma:

Antes mesmo de 1733 já se ouvia a notícia do minério na região dos Rios Claros e Pilões. Neste mesmo ano, Dom Luis Antônio de Távora deu a conhecer os achados diamantíferos, quando ordenou que o procurador da casa de fundição de São Paulo retivesse as pedras vindas da região para extrair o respectivo quinto. Ao rei comunicou oficialmente em fevereiro de 1734, que foram encontrados em “Pilões e Rio Claro, 19 pedras trazidas que pesavam 18 quilates e 1/6, que fazem 32 grãos e 3/4 conforme certidão da Casa de Fundição de São Paulo” (Macedo, 1990:12)

Ficou claro que os dois rios ficaram a mercê de várias pessoas, entre elas, aventureiros gananciosos e vorazes por riquezas fáceis. Afinal o que era vantajoso na época era, principalmente, o comércio de diamantes e não poderia ser diferente para uma época daquelas.

Goiás entrou na rota de exploração diamantífera e, por consequência, o interior de Goiás foi largamente sendo povoado por estes aventureiros. Na Revista editada da Guanicuns, no ano de 2012, o autor João Afonso afirma:

Os Rios Claros e Pilões ficaram abertos aos aventureiros, sob o controle deintendente, que fazia partilha das datas auríferas, de acordo com o surgimento das Minas. Muitos vieram para Goiás e principalmente para esta localidade das diversas regiões da colônia, que se tornou um foco de atração dos mineiros. Mas a Coroa Portuguesa proíbe em 1748 por Carta Regia a extração do ouro nessa região. Finalmente a coroa decidiu fortalecer o governo de Goiás. Em 1748 o governador de Minas Gerais e Rio de Janeiro, Gomes Freire de Andrade, estendendo seu governo à Capitania de São Paulo, em 1749 vem a Goiás estabelecer contrato dos diamantes nos rios Claro e Pilões. Seus contratadores foram os irmãos Joaquim Caldeira Brant e Felisberto Caldeira Brant. (SOUZA in GUANICUNS, p. 112, 2012).

A manutenção do grandioso serviço deveria ser mantida por um grande grupo de escravos, pois não haveria compensação financeira se o serviço fosse feito pela mão de obra branca.

Foi o caso em que houve o deslocamento de duzentos escravos (Enciclopédia dos municípios: 45), para a lida dos trabalhos no local.

Eis que surge ali um pequeno aglomerado de pessoas, que ao longo do tempo, vão crescendo o número e, após alguns anos, os familiares e outros mais vão dando um desempenho de povoado ao local.

A Igreja não poderia estar fora de uma concepção migratória e nem tão pouco da formação de um pequeno povoado.

Mesmo pequeno, havia a necessidade de crescimento junto com o povo. A migração acontecia, a igreja investia e estava pronta a estrutura para a transformação urbana.

3.2 Do Arraial do Bonfim para o Arraial de Pilões

Nos Livros pesquisados não é comum encontrar que o primeiro nome do local foi, exatamente, Arraial do Bonfim. A verdade é que o nome seria dado, a princípio, por abrigar ali no local a igreja do Senhor do Bonfim. Na verdade a estrutura eclesiástica chegara praticamente junto com aqueles que iriam providenciar a melhoria do local e, posteriormente, prepará-lo para futuros moradores. Era uma

promessa que acabou transformando o local num verdadeiro destino de garimpeiros e pessoas ligadas a exploração de pedras preciosas e ouro. A foto da igreja precisa mostrar como era a sua estrutura e como a igreja acreditava no grande fluxo de pessoas na época. Era imponente e abrigava fiéis de toda a natureza, por se tratar de única no local. Vejamos a foto:



Figura 9 - Igreja do Nosso Senhor do Bonfim, instalada no Arraial do Bonfim a partir de 1746, conforme documento de acesso – <http://www.portalsaofrancisco.com.br/alfa/visconde-de-taunay/goyaz-3.php>.
Fonte da foto: Armando Amorim.

O importante de tudo isso é que na perspectiva arquitetônica da época, havia uma confluência histórica, que permite a avaliação, a partir das características da construção, na vontade popular e, finalmente, no padrão adotado da igreja, que construía os prédios mediante uma necessidade vigente.

É bem verdade que independia da padroeira ou padroeiro local. O necessário era a construção, que contava com o apoio popular, em todos os sentidos, para ver o projeto eclesiástico montado.

3.2.1 Em 1748: o Arraial de Pilões

Vejamos então a sequência dos nomes dados ao local, desde o surgimento, até o fim, com a mudança para o local conhecido por Comércio Velho :

- Primeiro, com a instalação da Igreja do Senhor do Bonfim, passará a ser chamado de Arraial do Bonfim(1746);
- Depois, Arraial de Pilões(1748);
- Em seguida será Distrito Diamantino do Rio Claro(1750).

Pela ordem das coisas e acontecimentos temos a afirmação de MoizéisGomis (1998), que vai confirmar que havia pontos estratégicos de vigilância na época, preparado pela coroa portuguesa para salvaguardar as jazidas da região e que confirma o local.

Dizia ele:

Esses pontos estratégicos, onde a vigilância centralizava maior atenção... correspondem, atualmente, às áreas dos famosos e concorridos garimpos que foram “descobertos” a partir do século XVIII... podem ser conferidos: ... quartel de Pilões, o principal, onde estavam centralizadas a guarnição e administração do Distrito Diamantino, que fora planejado para a margem direita do Rio Claro, no vau da estrada de Cuiabá e deu origem ao Arraial de Pilões, futuro Distrito de Rio Claro (Comércio Velho). (GOMIS, p.36, 1998).

Essa idéia não está confirmada somente pelo autor acima. Ela, também, está compartilhada por João Afonso de Souza, que revela uma perspectiva de angulo diferenciado. É deixar de ver somente o lado da política da coroa, do lado religioso e possibilitar a vivência econômica. Ela nos remete ao tempo em que havia perspectiva positivas na economia local. João Afonso de Sousa foi enfático ao dizer, na Revista Guanícuns (2012), que:

Antes de ser Distrito Diamantino do Rio Claro foi fundado o arraial de Pilões, na margem direita do Rio Claro. Esse arraial não passava de uma guarnição militar, a policia real portuguesa, o Exército que a Coroa enviou para dar garantia do contrato dos Caldeira. Nessa época, sempre era de extrema necessidade que a Coroa enviasse uma guarnição militar para as regiões diamantíferas para que defendessem a região do contrato, dos forasteiros.(SOUZA apud GUANICUNS, 2012).

Continua dizendo, Revista Guanícuns(2012), que:

No entanto, a quantidade de pessoas dessa guarnição era pequena, o que não possibilitava um controle mais efetivo na região, deixando ainda o contrabando tomar conta, o que causava grandes prejuízos aos contratadores. Mas de acordo com as pesquisa de Macêdo, os Caldeira Brant só encontraram prejuízos em Goiás.

Continua dizendo da precariedade da guarnição e, ao mesmo tempo, da necessidade de reajustes para implementar a investida.

Lutavam, não só para lucrar, mas para fazer permanecer um considerável grupo de pessoas, que mais tarde iria fomentar um povoado.

Assim, João Afonso continua a dizer:

O saldo dos dois primeiros anos de extração não foi possível para pagar as despesas na região. No tempo das águas não tinha como minerar, e os duzentos escravos ficavam parados e mesmo assim, sem estarem empregados lucrativamente, o contratador continuava a pagar por eles a capitação ajustada. Assim o contratador pediu ao governo geral permissão para remover para o Tijuco os escravos que trabalhavam em Goiás. Por volta de 30 de novembro de 1750, o governador ficara autorizado a entrar em novos ajustes com o contratador. (SOUZA apud GUANICUNS, 2012).

Diante de explorações não declaradas pelos irmãos Brant e na alegação que o garimpo estava dando prejuízo, houve a quebra do contrato e a exploração clandestina tomou conta do lugarejo. É notado que não havia uma intensa fiscalização, que pudesse garantir o mínimo de honradez, por parte daqueles que realizavam contratos com a coroa. O caráter exploratório era, então, algo de há muitas décadas, onde os estrangeiros imaginavam a colônia somente no intuito das riquezas fáceis, sem condições de imposições capazes de atrapalhar o sonho da riqueza.

Continua dizendo João Afonso de Souza que:

A partir desse ano, as terras de Pilões e Rio Claro são franqueadas, para a exploração aurífera com a condição de que todos os diamantes que aparecessem fossem recolhidas num cofre fechado por “três chaves”. Não encontram nem diamantes e nem ouro. Conforme alguns historiadores, a exploração clandestina tomou conta da região. Pilões passa então, a ser um entreposto comercial entre Vila Boa de Goiás e Cuiabá. Recebeu o nome de “Comércio Velho” por onde passava diversos viajantes, tropeiros e garimpeiros. Na realidade, essa região foi descoberta devido ser o caminho entre Minas Gerais e o Garimpo no Mato Grosso. O diamante em Goiás foi encontrado nas regiões próximas ao Rio Claro, que nasce na Serra do Caiapó e no Rio Pilões. Cujas nascentes, se encontravam na Serra Dourada. Foi achado também nos afluentes do Rio Claro, nos Ribeirões Santo Antônio, Santa Marta, Ribeirões das Três Barras, do Brumado, dos Félix e no Córrego Biquinha. (SOUZA apud GUANICUNS, 2012).

Ao longo de três anos, de 1748 a 1751, o povoado de Pilões virou realidade e com o fluxo de pessoas havia a necessidade de um mínimo de estruturação urbana.

É certo que a exploração dos veios auríferos e diamantíferos era de propriedade contratual dos irmãos Brant, mas nada ali impedia a clandestinidade, já que se tratava de um grande espaço, formado por vários riachos que culminavam na formação dos dois principais rios da região, os Rios Claros e Pilões.

O local da escolha ficava num ângulo quase reto da margem direita do Rio Claro, entre as barras dos córregos Biquinha e Lava-pé, distantes há 500 metros de distância uma da outra.

A exploração aurífera e diamantífera nessa região foi amplamente discutida por vários autores, que percorreram este processo histórico dando características bastante comuns para a época. Gomis diz que:

“D. João ordenou também que se organizasse uma expedição para pesquisar as terras diamantinas e mapeá-las. Logicamente a equipe constituiu-se de pessoas que tinham conhecimentos de cartografia e, sobretudo, de geologia e mineração, para que a Coroa pudesse certificar-se da existência de jazidas de diamantes que viabilizasse, de fato, a exploração de forma empresarial, por contratadores interessados. O trabalho de pesquisa, pelas evidências, foi realizado de forma criteriosa, num razoável período de tempo”(GOMIS, 1998, p.34).

Foi a partir dessa premissa aurífera, que aquela região conhecida como Pilões, em referência ao rio de mesmo nome, passou a ter papel de destaque. Sabendo da possibilidade de enriquecimento, varias pessoas foram para aquelas terras. Eram garimpeiros clandestinos, que não possuíam nenhum tipo de contrato de exploração com a Coroa portuguesa.

Logo, percebe-se, com a vinda de tantas pessoas para a região, que as terras possuíam grande potencial de exploração e esta, só podia ser feita por um rico minerador que, ao mesmo tempo, poderia dar segurança de arrecadação por parte da Coroa. Gomis afirma que: “Dois irmãos, Filisberto e Joaquim Caldeira Brant, “arremataram o contrato dos diamantes”, adquirindo, portanto, o direito de explorar as jazidas de Goiás”(Gomis, 1998, p. 37). Mas é certo que o ouro e o diamante eram de grande importância não só para o lado da coroa, mas também para todos os garimpeiros e aventureiros do interior de Goiás. Assim era descrito na época:

A este cabia melhor a denominação de asbesto, reservada para as variedades doanfibólio que se mostram debaixo da forma de filamentos aglutinados paralelamente e dotados de tal ou qual rijeza, e não como o amianto que os tem flexíveis e acetinados. Diamantes: Os que foram

descobertos até agora em Goyaz pertencem quase exclusivamente à bacia do Araguaia e mais particularmente aos rios: Caiapó e Claro, e seus afluentes.

(<http://www.portalsaofrancisco.com.br/alfa/visconde-de-taunay/goyaz-3.php> as 22:16min do dia 25 de novembro de 2012.)

A evidência desse estudo se torna importante, também, no aspecto da geografia urbana, pois não foi constatado em livros sobre o assunto do surgimento, antes de Pilões, do lugarejo que deu origem ao Arraial do Senhor do Bonfim (1746) – nome dado em razão da instalação da primeira Igreja nas redondezas – e, depois e aí sim, futuro Arraial de Pilões em 1748 – que como sugestão fora dada o nome em referência ao Rio próximo daquele local.

Nem mesmo nos anais da história de Goiás, observamos tal passagem. Por isso o julgamento da importância de lembrar que Iporá não vai de Pilões ao lugar que hoje está. Vai sim de Arraial do Senhor do Bonfim até a cidade de Iporá, no oeste de Goiás.

Essa afirmação é parte integrante desse terceiro capítulo, quando nas páginas anteriores e subseqüentes, o resgate dessa passagem se torna obrigatória.

3.2.2 Distrito Diamantino do Rio Claro

Depois de alguns anos e em conseqüência da chegada de pessoas de vários lugares, dentre elas, viajantes, garimpeiros vindos da Bahia, Minas Gerais e do próprio interior de Goiás, o local passou a ser chamado de Pilões. Fica evidente que a Igreja foi determinante para a fixação de pessoas naquele local. Porque fé e povo, é uma das mais antigas ligações.

Mas fica claro que a economia e remanejamento social, aqui descrita como acomodações migratórias, em razão do deslocamento promovido por tais fatores, foram as principais motivações que ajudaram na fixação e estabelecimento urbano. Nesse contexto é preciso recorrer ao que se escreveu sobre o assunto: “No ano de 1746 deram-se os primeiros achados, sendo então fundado o arraial do Senhor do Bonfim ou de Pilões, hoje do rio Claro, a 20¾ léguas da capital”. (<http://www.portalsaofrancisco.com.br/alfa/visconde-de-taunay/goyaz-3.php> as 22:16 min do dia 25 de novembro de 2012).

De muito boa água e peso notável os tem o rio Claro, cuja límpida linfa favorece o trabalho, o da Fartura, de Pilões, Três Barras, Desengano e Caiapozinho. Também no tempo seco, de julho a setembro, nos arredores só ajunta muita gente, para mais de 700 forasteiros, que vêm formar garimpos, acima e abaixo do arraial. Muitos deles só querem diamantes: não desperdiçam o tempo em catar o ouro.<http://www.portalsaofrancisco.com.br/alfa/visconde-de-taunay/goyaz-3.php> as 22:16min do dia 25 de novembro de 2012.

Portanto somente em 1748, precisamente, é que se firmou o nome de Arraial de Pilões para o local, que fora destruído pelos bravos Índios Caiapós e que motivou o Governo Português a implantar um serviço diamantino, com responsabilidades aos irmãos Brant cujos nomes: Joaquim e Felisberto Caldeira Brant, já possuíam experiências garimpeiras ao arrendar lavras no Tijuco – província de Minas Gerais.

Eram velhos conhecidos da coroa portuguesa. Nessa nova empreitada, confiavam que poderiam enriquecer com a facilidade de antes. Diz a história:

Destruído três anos depois pelos índios caiapós, impôs o governo português em 1749 aos dois irmãos Joaquim e Felisberto Caldeira Brant, que haviam arrendado as lavras do Tijuco, 55 na província de Minas Gerais, a obrigação de enviarem para as margens do rio Claro um serviço diamantino de 200 escravos. Depois disto, ficou durante quarenta anos rigorosamente proibida qualquer mineração naquela zona, até que em 1801 d. João Manoel de Menezes, capitão do regimento de Freire de Andrada e governador da província de Goyaz, permitiu aos povos a abertura de lavras, sendo estabelecido no arraial, que novamente se ergueu em 1804, um registro para verificar a identidade dos passageiros de Cuiabá, fazer a permuta do ouro e arrecadar, mediante prêmios estabelecidos, os diamantes. (<http://www.portalsaofrancisco.com.br/alfa/visconde-de-taunay/goyaz-3.php> as 22:16min do dia 25 de novembro de 2012).

Em um mapa da época é possível perceber a linguagem dos historiadores. Na época havia várias conjunções hidrográficas que permeavam a região do oeste de Goiás e formavam rios, com grande volume de águas. Entre estes estão os dois rios de maior enfoque neste trabalho, que são os rios: Claro e Pilões.

É o atlas histórico da Capitania de Goiás, que mostra a economia do século XVIII, com destaque para a mineração, que sem dúvida nenhuma se caracterizou numa importante fonte de renda para o governo colonial da época e para os aventureiros que procuravam por oportunidades viáveis para sua sobrevivência. Observe-se na leitura do mapa que o arraial de Rio Claro – nome dado em referência ao rio de mesmo nome – aparece com sinalização triangular, que quer dizer e informar a presença de diamantes no referido local. Percebe-se, também, que se

É nessa nova configuração que as pessoas vão adentrar o território goiano com aquele já mencionado intuito de buscar estas oportunidades. Oportunidades estas que estavam no garimpo, na possibilidade de moradia, de festividades, graças ao ritual religioso que apoderara do local e outros atrativos aventureiros.

Não só aqueles que vinham com ordens legais da coroa, mas os que os acompanhavam e divulgavam, no primeiro contato, para seus familiares e amigos da novíssima oportunidade que surgira nos rincões goianos.

3.3 Comércio Velho

A religiosidade presente era de preferência nata a igreja católica, que como tal estavam dispostos a instalar e fazer funcionar um sistema educacional e religioso para aqueles que ali chegavam. É nessa nova configuração que surgiu a igreja do Senhor do Bonfim.

Ela surgiu no local com um significado muito importante, pois se tratava de uma grande e majestosa construção para os padrões da época.

Nesse contexto, estaremos enfocando a seguir a mudança para Nossa Senhora do Rosário que tivera um grande impacto na costumeira devoção ao Senhor do Bonfim.

Por fim, devemos esclarecer a decadência de Pilões, a mudança para o povoado do Comércio Velho e a transformação da devoção do Senhor do Bonfim para a Nossa Senhora do Rosário. Dentre estas questões há a necessidade de programar a característica religiosa desse processo.

De que maneira essa mudança influenciou para a formação das famílias naquela época e, oportunamente, definiu os rumos do desmantelamento do povoado do Comércio Velho, até a chegada ao novo povoado chamado originalmente de Distrito de Rio Claro, depois Itajubá e, finalmente, Iporá em 1948, quando se torna efetivamente uma cidade emancipada.

Muitos caminhos foram percorridos, mas em um tempo em que o povo parecia estar carente de um líder, que pudesse orientá-los, eis que surgem vários, entre eles figuras como Elpídio Paes, Israel Amorim e outros.

Esta é uma caminhada historiográfica que devemos trabalhar nas próximas páginas, já que o grupo que irá fomentar a consolidação de uma comunidade, ainda

que rural, possui a mesma disposição daqueles que, para cá vieram em busca de riquezas e possibilidades de fixação.

Vão passar por uma transformação drástica, mas vão continuar, mesmo por que, não tinham para onde ir ou retornar. Dar seqüência de vida é uma necessidade marcante. Como Dizia o autor citado:

Neste processo, detectou-se certa transumância interna da população de Goiás. Testemunhou Saint Hilaire que, com a ruína da mineração, os moradores foram abandonando os “núcleos urbanos” em direção ao, ruralizando a vida social na maior parte do território. Com a população enfiada nos campos, na primeira metade do século XIX encontraram-se ruínas de antigas povoações, casas abandonadas e igrejas “caindo aos pedaços”. Neste estado de regressão, as relações monetárias involuíram drasticamente: sem condições de pagar os impostos, escrevia Saint Hilaire na época de sua viagem, “os colonos abandonavam suas habitações, retiravam-se para os desertos, e aí perdiam até os elementos de civilização, as ideias religiosas, o hábito das uniões legítimas, o conhecimento da moeda, e o uso do sal” (Saint Hilaire, apud Palacin, 1978:157).

Embora de curta duração, o ciclo do ouro e do diamante em Goiás foram os responsáveis pela formação da sociedade goiana.

O declínio da mineração e a falta de uma atividade compensadora que viesse a substituir o ciclo minerador, bem como a situação geográfica de Goiás, foram fatores que contribuíram para que o estado não recebesse imigrantes europeus que a partir de 1808 começaram a chegar no Brasil.

O próprio governo com o desaparecimento do ouro, incentivou a atividade fluvial e revogação do alvará que não permitia a instalação de manufaturas na capitania. Entretanto, Goiás experimentou, nos primeiros anos do século XIX, uma etapa decadente em termos de comércio. “Em 1823, as importações goianas representavam menos de 50% do seu valor em 1806” (Bertran, 1988:29).

Os primeiros arraiais na região vão surgir justamente nesse período minerador: meados do século XVIII até o final do mesmo. Não foi só em Goiás, que houve esse ciclo minerador.

Foi, justamente, no Brasil quase que inteiro, só que em épocas diferenciadas, como já foi até relatado nesse trabalho. Todos esses arraiais tinham propósitos diferenciados, com características parecidas, onde houve, também, influencia do ciclo econômico vigente e da religiosidade, presente nas vidas das pessoas.

O ouro e depois o diamante, como sabemos, foram descobertos, primeiro nas

minas gerais. Somente depois é que o metal e a pedra preciosa foram descobertos aqui por Goiás e Mato Grosso.

Consumava-se, então, o sonho de muitos paulistas, portugueses e mamelucos, que depreenderam esforços com objetivos de encontrar ouro e diamante pelo interior do Brasil.

3.4 Historias da emancipação da cidade de Iporá-GO

Como já foi discutida, a história da cidade de Iporá está intimamente ligada aos movimentos migratórios, que no século dezoito, encaminharam comitivas exploratórias do ouro e diamante na região.

Percebe-se, também, que juntamente com o fluxo migratório a igreja possuía as suas pretensões.

Nesse processo, que previa o adentramento de pessoas ao centro do Brasil, em especial ao centro oeste brasileiro, havia uma estrutura eclesiástica que mantinha uma atenção bem próxima aos interesses portugueses aqui nas terras do novo mundo.

É nesse contexto que o trabalho aqui apresentado vai fazer o encontro desses interesses e vai mostrar que os mesmos serviram para encaminhamento, direcionamento e efetivação do município nas terras que hoje se encontra.

Os interesses eclesiásticos, também, vão se encontrar no interesse de ambas as partes, fazendo, inclusive, que a igreja católica pudesse ao longo desses anos, levar o nome e a devoção a Nossa Senhora do Rosário, lá do início do Comércio Velho para a cidade de Iporá.

Essa história da devoção à Nossa Senhora do Rosário já está evidenciada no capítulo anterior, que mostra esta caminhada já no povoado do Comércio Velho e não, exatamente, a partir de Pilões.

No povoado de Pilões havia a devoção ao Senhor do Bonfim, fato que, inclusive, deu nome a antiga Igreja lá instalada.

Repetindo o que fora discutido anteriormente, é preciso enfatizar, conforme o Portal São Francisco relata em suas escritas, que o Arraial vai ter o nome de “Senhor do Bonfim”, antes de se tornar Arraial de Pilões. Esta se torna uma escrita que não foi evidenciada por muitos que já escreveram a história do surgimento da

cidade de Iporá.

De lá para cá acontecerão mudanças de ordem eclesial, que vai passar o nome e a devoção, do até então Senhor do Bonfim para uma outra entidade religiosa, que nesse caso será a Nossa Senhora do Rosário. A futura sede eclesial do lugarejo, se tornará Comércio Velho, conforme estudos já realizados e que apresentaremos em seguida.

3.4.1 Iporá surge em meio a transferência

O município de Iporá-Go possui, na verdade, ligação com o antigo povoado de Pilões, que se instalara próximo ao garimpo do Rio de mesmo nome.

Nota-se que o surgimento da cidade está intimamente ligado ao evento da garimpagem e que, por sua vez, intentou-se a criação da cidade devido à promissora onda de pessoas, que em curto prazo foram se instalando e transformando a paisagem num verdadeiro formigueiro humano.

Notamos que este fato marcou um importante ciclo de exploração diamantífera na região no estado de Goiás.

Na época colonial, a região ainda era distrito da cidade de Vila Boa, que depois veio a ser a capital de Goiás. Iporá passou à condição de cidade somente em 1948, quando houve a migração territorial e o planejamento espacial decorrente da Marcha para o Oeste.

Inclusive este acontecimento, que se transformou numa promissora caminhada desenvolvimentista, propalada pelo governo brasileiro da época, teve reflexos significativos no processo de ocupação não só de Iporá, mas de toda a região que possui suas datas emancipatórias após a década de quarenta.

Porém, o estudo pretende abordar o assunto que permeou o processo de migração, ocupação e surgimento da cidade de Iporá-Go, ainda no século XVIII, seguindo todo o século XIX e chegando aos meados do século XX, com a efetivação do município.

Será, então, a partir do século XVIII, com o surgimento de Pilões, em 1748, no Vau da Pousada do Rio Claro, que a história vai se iniciar.

3.5 A história do Rosário

Sem dúvida falar de Maria, tida como a rainha da paz pelos católicos, não é simples. Isto porque a história dessa personagem religiosa se mistura aos símbolos maiores da igreja católica e nos faz rever a história religiosa de forma ampla. Sabemos que ela foi de fundamental importância na luta destes (católicos) contra os gentios durante as várias batalhas que existiram. Inclusive nas cruzadas, que marcam de forma exemplar a força católica em busca dos novos fiéis e defesa do avanço dos muçulmanos na Europa antiga. Na guerra santa contra os protestantes Maria foi de inteira importância, pois havia uma preocupação em buscar a difusão do cristianismo e em particular do catolicismo.

É sabido, porém, que o Rosário possui sua origem ligada aos dominicanos e estes foram os divulgadores de um ritual de adoração, que vai ter início ainda no século XIV, difundido aos poucos por toda uma Europa, que estava ativa e receptiva aos movimentos religiosos da época. Isso se explica, talvez, pelo grande domínio dos Senhores feudais sobre aqueles que viviam sob os seus feudos e que, na maioria das vezes, eram obrigados de uma maneira ou de outra a aderir aos rituais pregados pelos seus senhores. Vai ser assim que Julita Beatriz A. Souza vai nos direcionar nessa história:

“Embora, originariamente, tenham sido os dominicanos os principais promotores da devoção ao Rosário, com a multiplicação das irmandades além-mar eles perderam, se não a primazia, a exclusividade. Julita Scarano diz que desde o século XIV eram numerosos os conventos da ordem dominicana em Portugal, e tanto eles como as associações por eles criadas contribuíram em muito para estimular a devoção ao rosário no reino e no ultramar. Assim, desde 1556, havia confraria dessa invocação em Chaul e em outras regiões da África e Ásia, onde se estabeleceram os dominicanos. Na América portuguesa, a irmandade do rosário foi trazida, sobretudo, pelos jesuítas e em mesmo possível que tenha vindo com confrades saídos de Portugal, empenhados em introduzir essa piedade nos lugares que procuravam”. (SOUZA, 2001, p.6).

Nesse caso “o Rosário é uma enfiada de 165 contas, correspondentes ao número de 15 dezenas de ave-marias e 15 pai nossos, para serem rezados como prática religiosa”. (Aurélio, 1998, p. 577).

Percebe-se então que a devoção ao rosário não seria uma exclusividade apenas européia. Onde quer que Portugal ocupasse, lá estariam as vontades do

clero e, conseqüentemente, os seus rituais religiosos. Foi assim pela África negra e pela Ásia. Nas terras do novo mundo havia, ainda, a Espanha que, como Portugal, tinha fatores históricos de ligação ao catolicismo da época. Bem antes, ainda no século XII, o enviado à região de Albi, Domingo de Gusmão chegara com a missão de combater as heresias e trabalhar no sentido de reconverter aqueles que haviam desviado da fé católica. As dificuldades foram enormes e em meio aos empecilhos não houve tanto sucesso na sua jornada. Então, num certo dia, enquanto rezava apareceu a ele a virgem Maria ensinando-lhe uma oração que dizia, que tanto os homens como as mulheres invocariam sua ajuda com as contas que ela lhe entregara.

Foi assim que a devoção a nossa Senhora do Rosário teve sua origem entre os dominicanos, por volta de 1206. São Domingos, inspirado por Maria do Rosário, começou a receber tais premissas da Virgem Maria e obteve resultados consagradores, fazendo com que a devoção a ela (Nossa Senhora do Rosário) fosse repetidamente e amplamente divulgada, se tornando, depois de séculos, a forma atual a qual os católicos rogam pela sua ajuda. Jacob Sprenger instituiu a primeira confraria devotada ao rosário. Dominicano, Jacob era conhecido como o caçador de bruxas e um dos autores do célebre *MalleusMalleficarum*, em Colônia na Alemanha de 1475.

Porém, foi somente 20 anos mais tarde que Alexandre VI - o Papa do Tratado de Tordesilhas – aprovou a prática, que rapidamente se expandiu e tornou-se conhecida em quase todo o mundo conhecido.

A vitória de Lepanto foi atribuída à proteção da santa e o Papa Pio V instituiu uma comemoração à Santa denominada de “festa de Nossa Senhora da Vitória”, que deveria ser celebrada sempre e todos os anos no primeiro sábado de outubro.

É interessante dizer que a autoridade papal sempre teve as suas diretrizes respeitadas, desde quando se tornava a autoridade máxima da igreja. Foi em uma dessas mudanças, ainda no ano de 1573, que Gregório XIII, sucessor de Pio V, fez a mudança que até hoje predomina. De Nossa Senhora da Vitória passou, então, para Nossa Senhora do Rosário. Como cita Aducci:

Em 1573, Gregório XIII, sucessor de Pio V, mudou o título de Nossa Senhora da Vitória para Nossa Senhora do Rosário, transferindo a festa para o primeiro domingo de outubro. Atualmente a festa é celebrada no dia 7 do mesmo mês (Aducci, 1988, p.119).

Foi assim que, todas as vezes que a igreja se sentia fraca, evocava-se o nome e o culto a santa numa clara e evidente forma de se fortalecer e, acima de tudo, de revigorar e valorizar a meditação. Nos momentos em que a fraqueza avançava aos fiéis e eles vislumbravam a possibilidade de esterilidade da fé, eis que o reconhecimento e evocação à santa destituíam qualquer possibilidade de negação.

3.5.1 O Rosário no Reino Lusitano

A reforma protestante foi, sem dúvida nenhuma, fator preponderante de disseminação e busca por novos fiéis, tanto por parte da igreja católica quanto pelos protestantes. A maneira de evangelizar e levar aos fiéis, e novos fiéis, também marcou esta arrancada rumo aos vários povos do mundo. Logicamente que a igreja católica sobressairia às restantes devido à estreita relação que detinha juntos aos reis europeus. Mas aos reformistas cabiam-lhes a idéia de bombardear, religiosamente falando, os costumes católicos que incluía a adoração às imagens. Nesse contexto é que entra a percepção de contestar aquela que significava muito para a representação católica: a imagem de Virgem Maria.

A representação católica tinha forte poder nas terras lusitanas e isso contribuiu para que a Nossa Senhora do Rosário pudesse, acima de tudo tornar-se a padroeira de várias agremiações ou grupos, como prefere dizer, em suas escritas, Julita Scarano(1987, p 39-40), quando relata que em Portugal, Nossa Senhora do Rosário foi adotada como padroeira de vários grupos, dentre eles os marinheiros que, em homenagem à Santa, construíram igrejas em “quase todas as cidades”. Na capital, Lisboa, o convento dominicano se destacou devido a uma imagem da Santa, a qual se atribuía milagres. A partir de então, começaram a surgir irmandades, dentre as quais se destacaram as do Rosário, Sacramento e das almas.

Tantos outros eventos foram preponderantes para que a própria igreja católica pudesse promover a imagem para além mar. Um desses eventos foi marcado pela missões jesuíticas que foram amplamente explorada pela aproximação que a coroa portuguesa tinha com a igreja ou vice e versa. Foi tamanha que a primeira manifestação religiosa ocidental a incluir no grandioso plano de “cristianização” no novo mundo, foi justamente a igreja católica nas suas missões jesuítica, tão

propalada na história das Américas. Mas é devido a esta cristandade e ao movimento já criado pela imagem da santa que facilitou, inclusive, a introdução dessa imagem no Brasil, caso em que estudaremos com mais afinco. É como diz Boxer: "A popularidade e fervor do culto da Virgem não perdeu nada com a emigração através dos Sete Mares e, se possível, teve tendência a aumentar" (Boxer, 1977:130).

3.5.2 A irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos no Brasil

Essa irmandade vai surgir a partir das irmandades dos brancos. Eles já haviam invocado a mesma Santa em tempos antes e o evento em que os negros passam a invocá-las vai ao encontro do desejo da igreja católica em integrar os negros a uma disposição maior com a crença, fazendo com que a santa pudesse demovê-los de antigas práticas religiosas originárias do continente africano. Ingressando estes africanos nas irmandades que cultuavam a santa a devoção aumentou significativamente, alcançando, inclusive, certa "autonomia", credenciando-lhes o direito de formar as suas próprias confrarias. Isso acontece ainda em Portugal e vai ter repercussão nas colônias portuguesas do além mar. A repercussão vai de carona com as missões jesuítas, que desembarcam na nova colônia com a finalidade de propor uma nova vida, primeiro aos nativos, depois, aos nativos africanos que vão desembarcar no Brasil como mão de obra escrava.

No Brasil, os missionários católicos foram os grandes responsáveis pela introdução da devoção à Nossa Senhora do Rosário, que foi adotada tanto por senhores como escravos. O culto a Santa se transformou em tradição, que mais tarde, como o próprio estudo revela, se espalhou por várias partes do Brasil colonial. A partir do fim do período colonial, as irmandades do Rosário passam a ser constituídas pelos "homens pretos".

O tom devocional dos escravos à Santa foi mais intenso, uma vez que, credenciavam a ela o dom de aliviar-lhes as dores provocadas pelo castigo dos senhores na lida do dia-a-dia. Essa descrição é presente na fala de Scarano, quando ela diz:

A irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos surgiu em Portugal a partir das irmandades dos brancos, que já praticavam a mesma invocação.

A igreja católica, procurando integrar os africanos, ingressou-os nas irmandades, sendo que neste contexto, os dominicanos tiveram grande participação. Desta forma, no início os negros participaram das irmandades dos brancos até o momento em que se atingiu um número maior de integrantes e se separaram, formando suas próprias confrarias (Scarano, 1978, p. 40-44).

A história conta, inclusive, que os escravos se sentiam deslocados nas suas práticas religiosas, de origem africana.

As conversões foram acontecendo aos poucos e da mesma forma foram adquirindo confiança a ponto de adotar a santa como aquela que identificava com as suas causas e devoção. Essa devoção, inclusive, introduzida por missionários portugueses, penetrou de forma muito aceitável no meio dos cidadãos de cor, como afirma Scarano:

Em Portugal, os brancos, temendo ser prejudicados nas escolas – que em grande parte eram o sustentáculo das irmandades – queriam uma união, uma vez que, dentro de uma associação predominantemente de brancos, os pretos teriam posição subalterna. Na Colônia, pelo contrário, preferiram manter a separação, preservando assim suas vantagens, dado o perigo representado pelo elevado número de homens de cor. (Scarano, 1978, p. 44).

Percebe-se então que a escolha da separação, no Brasil, vai partir dos próprios negros, que como acontecera em Portugal, havia a premissa de que cá como lá, haveria certa discriminação por achar por direito “racista” de que os negros deveriam ser subalternos, quando se tratasse das posições dentro das irmandades.

Aqui no Brasil os senhores, sabedores da maioria negra dentro do rol devocional à Santa, preferiram manter a separação da irmandade. No livro de Alfredo Bosi intitulado “História Concisa da Literatura Brasileira” retratando as falas dos senhores e justificando as suas próprias ações, diziam:

“Em um engenho sois imitadores de Cristo crucificado: porque padecem de um modo muito semelhante a que o mesmo Senhor padeceu na sua cruz e em toda sua paixão. A sua foi composta de dois madeiros e a vossa, em um engenho, é de três (...). Cristo despido, e vós despídos; Cristo sem comer, e vós famintos; Cristo em tudo maltratado e vós maltratados em tudo” (Bosi, 1994, p. 45-46).

A partir dessa idéia percebe-se que a separação fortaleceu a irmandade dos negros ou “Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos”, como

eram chamados, dando a eles o credenciamento de divulgar e lutar pelo papel de grandes difusores da Santa aqui no Brasil. Porém é observado que as irmandades consagradoras do rosário vão crescer bastante a partir do século XVIII. Estas irmandades vão estar presentes em setores da sociedade colonial de várias maneiras, com espaço já aberto, pela própria igreja no interior do Brasil afora. Ergueram vários templos, garantindo os rituais cristãos e fortalecendo as estruturas eclesiais em substituição à fraca estrutura instalada dos pelos portugueses.

Foi assim que no Rio de Janeiro houve a criação de várias irmandades, que justificavam pelo mau tratamento dado aos negros pelos senhores, que os abandonavam, depois de vários anos de servidão. Abandonavam, geralmente, nas portas das igrejas, das praças ou em qualquer lugar, por não servirem mais para a lida do trabalho forçado. Estavam doentes e necessitados. Passavam fome e a maioria, como eram velhos e doentes, morriam a míngua pela cidade. Soares afirma:

“(...) e da mesma sorte acontece frequentemente lançarem os defuntos-corpos nos adros da igreja, principalmente de religiosos que se vêem precisados a dar-lhe sepultura, pois tem os senhores por mais barato esta inumanidade do que experimentar as demoras e embaraços das averiguações da sua pobreza, com que muitas vezes, além de se corromper primeiro o cadáver, fica totalmente dificultada a sepultura (...)” (Soares, 2000, p. 144).

Daí para frente o surgimento dessas irmandades ganharam destaque em todo território colonial e o seu crescimento foi eminente, uma vez que, caracterizado o crescimento no Rio de Janeiro, com clara devoção dos indivíduos de cor, ficou evidente as “irmandades do negros”, que deviam devoção, como já descrito, à Nossa Senhora do Rosário. São chamadas de “irmandades dos pretos”, “irmandades do rosário” e “Irmandades de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos”, que ganham força com o surgimento das Igrejas do Rosário.

Mas com o passar do tempo ficou claro que o domínio das irmandades seria dos indivíduos de cor mais clara, promovendo até então o enfraquecimento das irmandades dos homens pretos, provocando, inclusive, a superação em números de brancos em relação aos negros. Essa superação se deu a partir da freqüência dos brancos nos recintos dessas igrejas. O tempo foi passando e em pouco tempo já havia superado os negros em números.

Esse excedente de brancos nas igrejas que antes era freqüentado,

basicamente, por negros colocou os negros em desvantagem, em um tempo que as diferenças raciais eram marcantes. Os negros, nesse ritmo, foram quase que expulsos dessas igrejas, o que levou as comunidades negras a organizarem as suas festas e rituais nos lugares mais afastados das cidades. Rituais estes que ganharam novas roupagens com influência afro, que até hoje são praticadas fora dos domínios católicos.

3.5.3 Nossa Senhora do Rosário em Goiás

Como foi registrado, as irmandades cresceram e aumentaram em número de estabelecimentos religiosos, não só no Rio de Janeiro, como em São Paulo e em todo o território nacional. Com as investidas dos bandeirantes ao centro do território, foi possível, juntamente com eles, desbravar outros seguimentos, como foi o caso da religião. Nesse caso a igreja católica e seus seguimentos acompanharam as novas investidas em busca de novos espaços, na intenção de garantir-lhes o crescimento da entidade.

Em Goiás não foi diferente, até porque o período que compreende a penetração dos bandeirantes nestas partes do centro oeste, coincide com hegemonia católica no Brasil. Hegemonia esta que está ligada aos interesses lusitanos para a exploração do Brasil colônia.

Oficializada como a igreja mantenedora dos bons costumes da família e colaboradora do processo desbravador, que tem início ainda no século XVII, o catolicismo vai chegar junto com as Bandeiras, com celebrações e rituais que eram características da própria instituição, por onde quer que ela estivesse. Foi assim, por exemplo, quando os primeiros europeus chegaram ao Brasil no século XVI e depois nos pontos onde desembarcavam as Naus carregadas de instrumentos e pessoas que viriam para ocupar, desbravar e explorar o território recém descoberto.



Figura 11 - Igreja de Nossa Senhora do Rosário - conhecida como antiga Igreja Nossa Senhora do Rosário dos Pretos, foi erguida em 1734 por Antônio Pereira Bahia e reconstruída em estilo neogótico em 1934, sendo concluída pelos Dominicanos em 1959, com afrescos de frei Nazareno Confaloni esta localizada na cidade de Goiás no estado de Goiás Brasil.

Foto: Márcio Couto. (presente em www.mochileiro.tur.br/Goiás_Velho.htm, às 19:37hs do dia 29/04/2013).

A ordem do Rosário em Goiás veio na época da mineração, ainda no século XVIII, quando aqui chegaram com grande aparato de mão de obra negra. Quando chegaram fundaram igrejas, em vários Arraiais e Vilas.

Uma das principais construções e uma das primeiras foi justamente a de Vila Boa, antiga capital de Goiás. Neste local, como mostra a foto abaixo, fora construído a antiga Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos. Ela foi erguida, como o próprio texto relata, em estilo comum ao da época, ou seja, estilo colonial. Este acontecimento se deu em 1734 por Antônio Pereira Bahia.

Em 1934 ela foi basicamente reconstruída em estilo neo-gótico e concluída pelos Dominicanos em 1959, com característica das pinturas e afrescos de Frei Nazareno Confaloni, que foi um grande artista sacro, que viveu em Goiás nos idos dos anos cinqüenta, mudando para Goiânia e vivendo até o seu falecimento na década de setenta do século passado. São histórias que casam, inclusive, com a enfervescência do nascimento e crescimento da grande capital goiana.

No trabalho de Alves (2005), diz:

Em Goiás a ordem do Rosário veio na época da mineração com os escravos negros, onde fundaram igrejas em vários arraiais e vilas, inclusive

na antiga capital Vila Boa, que esta no largo do Rosário, na margem direita do Rio Vermelho. Igreja esta que depois ocupada por brancos, os negros foram obrigados a ir para periferia onde construíram a Igreja de Santa Bárbara (ALVES, BARROS, p. 15, 2005).

A presença da igreja na então cidade de Goiás se encontra no Largo do Rosário, na margem direita do Rio Vermelho. A história dessa igreja se confunde com outras tantas, que tiveram uma grande influência na sua construção pela mão de obra negra, para que eles pudessem, também, usufruir dos seus rituais, mas que aos poucos foram perdendo espaços para os indivíduos de cor branca, tendo que aos poucos, obrigados a procurar outros recintos para as suas práticas.

Foi assim que surgiu, por exemplo, na cidade de Goiás a Igreja de santa Bárbara, que foi um refúgio para os que não integraram ao crescente número de fiéis de cor branca na antiga Igreja de Nossa Senhora do Rosário desta cidade – capital goiana. Godinho em uma mostra de divulgação do FICA – Festival Internacional de Cinema e Vídeo Ambiental, relata:

“A Igreja de Nossa Senhora do Rosário foi construída no século XVIII, chamada de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos e refeita em 1934. Os padres dominicanos alteraram a sua fachada original e terminaram a obra em 1959. Toda em pedra possuía pinturas de Frei Nazareno Confaloni, grande artista sacro que viveu em Goiás”. (Godinho, 2005, p. 7-guia do VII FICA).

Da chegada da ordem do Rosário em Goiás para a instalação da paróquia de Nossa Senhora do Rosário, fundada no distrito de Rio Claro, que depois foi transferida para a cidade de Iporá, passaram quase cento e setenta anos.

Porém o que está no meio de todos estes acontecimentos é o surgimento do garimpo de Pilões passando pelo Rio Claro e chegando ao atual local que hoje se encontra a cidade de Iporá. Notadamente, após o caminho de pouca prosperidade de Pilões, que culmina com o surgimento do comércio velho, a igreja passa a atender a população local com a implantação e instalação da igreja de nossa Senhora do Rosário.

É bom saber que antes mesmo de Pilões se transferir para Comércio Velho, a igreja do Senhor do Bonfim havia se transformado em Igreja de Nossa Senhora do Rosário. A igreja construída ainda no século XVIII devotava o Senhor do Bonfim. Por ordem da prelazia católica, vinda da capital Vila Boa, passou a se chamar Nossa

Senhora do Rosário. O fato é que a Igreja, ou melhor, a Santa, teve um papel de relevância para que os acontecimentos direcionassem na mudança da cidade. É nesse contexto que a idéia de território aliado ao espaço geográfico se funde à geografia religiosa e promove o surgimento da cidade, que ampliada as denominações, vão ao encontro dos anseios migratórios das correntes que direcionaram para estas bandas.

3.5.4 Nossa senhora do rosário na cidade de Iporá

O interessante de muito que se tem falado até agora é que Nossa Senhora do Rosário é uma santa, que possui uma energia vital para aqueles que lhes são devotos. Eles acompanham a Santa e procuram se adaptar ao meio onde ele estiver seja como Nossa Senhora e sendo do Rosário, da Auxiliadora ou mesmo da Aparecida ou qualquer outra denominação que venha após o “Nossa Senhora”. Nossa Senhora é uma só. O que vem após estas duas palavras são respostas às devoções. É verdade que na região em estudo a Santa não recebeu os nomes dados anteriormente, mas prevaleceu sobre a igreja original, que era do senhor do Bonfim. É nesse momento que ela será imposta e de lá para cá, ou seja, de Pilões para Iporá, boa parte do tempo será ela a grande devotada Santa dos católicos que ocuparam e ainda ocupam essa cidade de Iporá.

O termo de abertura do livro “Tombo” da Igreja que irá se transferir para a cidade de Iporá, em 1951, retrata os passos da igreja até a data de 1971. Diz a abertura do Livro:

“Servirá este livro que contém cem páginas, todas por mim rubricadas, com “Livro de Tombo” da Paróquia de N. S. do Altíssimo Rosário de Rio Claro em Iporá. Levará no fim o termo de encerramento. (Termo de Abertura – capa, 1951).

Pensando assim, foram mais de 190 anos de Maria do Rosário (Nossa Senhora do Rosário) na vida e na saga da história de Iporá. Precisamente, foi a partir de 1833, quando Pilões se transferiu para o Comércio Velho, que a santa passou a figurar na vida dessas pessoas. De lá para cá, não podemos negar a influência da Santa na vida dessas pessoas. Será essa nossa atenção nesse espaço, configurando definitivamente aquilo que fora proposto no início do nosso

trabalho. A proposta de mostrar o quanto a religiosidade está intrinsecamente atrelada ao modelo de colonização, povoamento e ocupação de espaços, que caracterizam aglomerados populacionais. Falamos da geografia, que possui estreita ligação com a história, quando o assunto é retratado nesse caminho. Maria toma espaço no cenário religioso depois de substituir o padroeiro Senhor do Bonfim na antiga Pilões, exatamente a partir de 1833. Havia muita relação com religiosidade pois o que mais animava o pequeno vilarejo era justamente as festas que estavam ligadas à própria igreja. Era assim tanto que o que poderia quebrar a simplicidade do pequeno lugar era as tais festas, tais como a festa do Senhor do Bonfim, conforme afirma Moisés Gomis:

“O único acontecimento que quebrava a rotina do pequeno lugarejo era a festa anual do Senhor do Bonfim – mais tarde de Nossa Senhora do Rosário – realizada no mês de agosto. “Festeiros” chegavam de todas as bandas, em carros de boi e a cavalo. Os que vinham, a pé traziam os sapatos e botinas num bernal ou capanga, ou então atrelados ao ombro”. (GOMIS, 1995. p. 55).

Era tamanha a alegria que a festa durava uma semana ou mais, dependia da disposição dos romeiros para permanecer no local. Eram missas, rezas, casamentos e batizados que corriam o tempo de festanças e faziam do seguimento religioso uma atração típica daquela gente. Mas o tempo ficou encarregado de transformar a região em uma pouca atrativa alternativa de sobrevivência. As festas não puderam ser as mesmas pois muitos aventureiros começaram a deixar o local depois que a coroa portuguesa começou a perceber na região uma grande possibilidade de arrecadação de impostos e passou a acompanhar mais de perto a exploração, que já havia declinado após as investidas dos irmãos Blant. Inclusive os rumores do fracasso minerador dos irmãos Blant, contribuíram para o desaparecimento de novos aventureiros em busca da garimpagem.

Isso afetou profundamente o interesse de empresários do ramo da mineração. Além disso, houve um grande aumento tributário por parte da coroa, como foi escrito anteriormente, e o governo colonial manteve a rigorosa fiscalização implantando a vigilância dos Dragões, mantida também no Distrito Diamantino de Rio Claro – nome dado ao local após determinação da Coroa Portuguesa. Essa determinação tentava coibir a ação dos “faisqueiros”, que segundo a Coroa não pagavam impostos e só queriam agir na clandestinidade. “Em razão dessas circunstâncias, Pilões passou a

ser apenas uma guarnição militar e um entreposto comercial entre Vila Boa e Cuiabá, que abastecia as poucas fazendas dispersas pelo vasto sertão do oeste goiano” (Brandão, 1978, p. 46).

3.6 A Paróquia de Nossa Senhora do Rosário em Iporá

É evidente que falar da introdução da Igreja de Nossa Senhora do Rosário No Brasil, depois em Goiás e finalmente em Iporá, possui semelhanças bastante peculiares. É assim que em 1733, com a passagem dos bandeirantes pelas regiões do Rio Claro e Pilões ficou conhecido um local denominado de “Pousada do Rio Claro”. O nome se dará pela proximidade que a pousada será instalada, ou seja, nas margens do Rio Claro. É verdade, também, que o povoado se tornou uma espécie de formigueiro humano, dado ao grande movimento de garimpeiros que se alojaram e trouxeram, muitas vezes, as suas famílias para ali mesmo morarem.

Houve uma grande migração de pessoas vindas de todos os cantos do Brasil. Eram mineiros, baianos, maranhenses e de vários outros lugares, que buscavam o almejado metal precioso ou pedra preciosa. As notícias viajavam numa velocidade, para aqueles tempos, de forma muito rápida. Foi assim que surgiu o povoado de Pilões. Conta Gomis que:

“O lugar onde se construiu Pilões foi escolhido a propósito e atendia tanto às exigências de vigilância do Distrito de Diamantino, como ao conforto dos habitantes, quer no que diz respeito à subsistência ou à paisagem do ambiente. O local fica num ângulo quase reto desenhado por uma curva do Rio Claro, onde seu curso desvia-se do norte para o nordeste, na margem direita e numa área plana entre as barras dos córregos Biquinha e Lavapé, que distam cerca de meio quilometro uma da outra. Nessa localidade agradável e pitoresca, o povoado foi erguido obedecendo ao contorno de um largo central de onde se ramificavam algumas ruas e becos. (GOMIS, 2002, p. 51).

Esse local está, aproximadamente, há três quilômetros da cidade de Israelândia e encontra-se em total abandono, até porque, não existe quase nenhum resquício daquilo que foi a origem da cidade de Iporá. No contexto migratório não havia nenhum motivo de manter o local como moradia de alguém ou alguns, até porque o local pertence a particulares.

O mais interessante é que ali foi construído, no lado sul e bem ao fundo do

largo citado, a Igreja de Nosso Senhor do Bonfim. Nesse ponto é que há uma grande ligação com o surgimento da devoção a Nossa Senhora do Rosário, pois com as mudanças das estratégias eclesiásticas, motivadas pela vontade dos fiéis do local, vai passar, mais tarde para a devoção a Nossa Senhora do Rosário. Isso se deve principalmente a uma tendência da época, em que a população de negros – maioria absoluta devota da Santa que se acreditava protetora destes -se instalava com certa intensidade para as bandas de um Goiás tímido em crescimento econômico, mas com enorme potencial migratório.

Mesmo assim a construção da Igreja do Senhor do Bonfim foi construída e a devoção era ao Senhor do Bonfim. Essa construção era bela e imponente para os padrões da época. Ocupava um espaço imenso e era alta e majestosa. Possuía estilo colonial e pelo seu tamanho, de longe as pessoas que chegavam ao povoado, tinham como primeira vista a Igreja. “Possuía fachadas de paredes de cor branca com janelas e portas de umbrais robustos e de arcadas neoclássicas, pintadas de azul, contrastando com o pardo escuro do telhado de argila” (Gomis, 2002).

Essa construção dará origem à Igreja de Nossa Senhora do Rosário, como já foi explicado antes, neste trabalho. O que nos coloca a relatar os fatos é que fica impossível tratar desse assunto sem antes ir e vir na contextualização do assunto tão intrínscico, como este. Veremos, por exemplo, que os aspectos econômicos vão influenciar mudanças no âmbito religioso. Assim o fracasso da companhia mineradora, em 1751 e a proibição do garimpo fez com que Pilões - já Distrito Diamantino - se estagnasse , mesmo a Igreja do Senhor do Bonfim sendo, ainda, a sede paroquial da região. Essa decisão continuou em razão da jurisdição ainda permanecer com o bispado de Cuiabá.

Ao chegar em 1804, a igreja se encontrava em franca decadência e praticamente desativada. Apesar disso sofreu uma ampla reforma em razão da exploração popular do garimpo, que foi liberada pelo governo colonial, ainda em 1801. Sebastião Alves e Tiago Almeida, no seu trabalho de conclusão apresentado em 2005, afirma que:

A igreja, já em estado de decadência e praticamente desativada, sofreu uma ampla reforma, em 1804. Com o advento da independência do Brasil em 1822, por decreto do presidente da província de Goiás, de 05 de julho de 1833, Pilões foi elevado a Distrito de Vila Boa e teve o nome mudado para Rio Claro. Pelo mesmo decreto a antiga Paróquia do Senhor do Bonfim foi elevada à freguesia de natureza coletiva, com a denominação de Nossa

Senhora do Rosário do Rio Claro, agora sob a jurisdição eclesial do Bispo de Goiás. Havia também uma escola vinculada à paróquia onde João Athanázio de Almeida foi o último diretor, no período imperial, e os padres Confúcio e Alexandre foram uns dos últimos professores da década de 20, já na República. (ALVES, BARROS, 2005, P. 21)

É interessante ressaltar que a população acostumou com as festas de referência aos personagens religiosos, a ponto de considerar a principal motivação de alegria, que ocorria uma vez por ano no antigo Arraial. Primeiro comemorava-se o padroeiro do Senhor do Bonfim, depois, com a referida mudança começou as festanças, agora, como padroeira Nossa Senhora do Rosário.

Esta comemoração ocorria no velho Arraial do Rio Claro e continuou até meados de 1945. Os Sacerdotes responsáveis pela celebração eram os padres dominicanos franceses de Goiás e depois pelo Monsenhor Confúcio, do Arcebispado de Goiás. Por último pelos padres salesianos de Araguaiana. Era uma festa que durava uma semana. Vinha gente de todas as partes e isso dava uma dimensão enorme à festança. É bem verdade que depois de alguns anos a festa passou a ter duração de apenas três dias, onde eram realizadas celebrações em honraria a São Sebastião, Nossa Senhora do Rosário e São Benedito.

Logo, pelo decreto-lei estadual de nº 557 de 30 de março de 1938, oficializou-se a transferência do antigo Distrito de Rio Claro e a demarcação de sua área de jurisdição distrital. Já pelo decreto-lei nº 1233 de 31 de outubro de 1938 o nome passou a se chamar Itajubá. A primeira igreja construída já na recém emancipada Iporá, foi a igreja de Nossa Senhora Auxiliadora. Por vontade e ordem do Padre José Bessemans, que pertencia a Ordem de São Francisco de Sales (Salesianos), que ainda residia em Araguaiana, mas era responsável pela assistência pastoral da região desde 1934, foi determinado que a padroeira seria, então, Nossa Senhora Auxiliadora. Ela era a protetora da Ordem de São Francisco de Sales.

Na época da construção é possível, ainda, observar relatos de pioneiros, que foram testemunhas na construção dessa primeira igreja na cidade. Dona Duzinha esclareceu em entrevista:

Eu mudei para Iporá em novembro de 1943. Tudo aqui era mato, só tinha uma ruinha na beira do córrego, a João da mata. Eu ajudei na construção da igreja. Ela foi cnstruída em mutirão. Nós construímos ela com adobe. As mulheres se juntavam e faziam os adobes enquanto os homens iam levantando as paredes. O padre que nos assistia era o padre José Barbudo de Araguaiana. (Entrevista concedida por Dona Duzinha em 05/11/2005, in Alves e Barros, 2005, p. 22).

Pelo menos um pouco é preciso ressaltar o trabalho do padre José Bessemans. Desenvolveu vários trabalhos pastorais na cidade, criando circunstâncias para o crescimento da igreja e para a devoção aos santos católicos. Criou a Escola Dom Bosco, que começou a funcionar em 1947, sendo pois a mais antiga escola da cidade, hoje ainda em funcionamento. Já em 1951, por um acordo celebrado entre as partes, o arcebispo Dom Emanuel e o Bispo Prelato de Santana da Ilha do Bananal, dom Cândido B. M. Penso, a paróquia passou a pertencer a Prelazia de Santana, da Ilha do Bananal. A data era 15 de março de 1951, que marcou a chegada do Padre Frei Henrique Maria Ciocci, da ordem dos Pregadores a Iporá. Iria ele tomar conta da Paróquia Nossa Senhora do Rosário do Rio Claro. No livro tomo, exatamente na página primeira, da igreja em questão, há descrição do Pe. Frei Henrique Maria Ciocci e assinado pelo Pe. José Cândido Bessemans que diz:

In Nomine Domine. Amem. Dia 15 (quinze) do mês de março de 1951 (um mil novecentos e cinquenta e um) eu Pe. Frei Henrique Maria Ciocci, da ordem dos pregadores, cheguei em Iporá pelo avião da Nacional as quatro horas da tarde mais ou menos, para tomar conta da Paróquia de Nossa Senhora do Rosário de Rio Claro. (TOMBO, 1951, p. 01).

Porém o Pe. José Bessemans permaneceu a frente da Paróquia de Iporá até o dia 02 de abril do mesmo ano, passando todos os detalhes dos trabalhos pastorais até então desenvolvidos para o seu substituto, que chegara de outro local. Ele prestou onze anos de trabalhos na paróquia deixando um legado que nunca será esquecido para os membros da instituição religiosa de Iporá. Quando da chegada do Bispo Dom Candido, foi providenciado a instalação completa do Frei Henrique. Nesse período efetuou-se a compra da casa paroquial, a residência para abrigar o Padre recém chegado, a casa onde funcionava a Escola Dom Bosco e tentou reformar e ampliar a antiga igreja de Iporá ou a primeira igreja católica de Iporá. O Frei Pe. Henrique Maria Ciocci escreveu no livro Tombo:

Antes de sair, o Sr. Bispo deixou tratado a reforma e ampliação da capela de Nossa Senhora Auxiliadora, única igrejinha católica existente na cidade. Ele mesmo fez os esboços para a reforma. Os protestantes chefes do lugar, mandavam um senhor “se dicente” licenciado construtor e agrimensor, e medindo com barbante e olhando a “olho nu” ora de um lado ora de outro, o perito achou que a atual capela não estava situada em alinhamento no meio da praça e sim estava torta. (TOMBO, 1951, p. 2).

No começo a igreja fora construída para um pequeno grupo de pessoas. Não sabiam a dimensão do crescimento da igreja.

Embora pequena, a construção que já se encontrava em dificuldades para abrigar os fiéis, necessitava de uma ampliação. Nesse contexto é preciso expor a condição da igreja já pronta e as suas dimensões. Veja foto da época:



Figura 12 - Fonte: Câmara Municipal de Iporá.

A reforma seria realizada, sob o planejamento do Bispo, se não fosse o confronto ideológico e religioso promovido, principalmente, pela interferência da primeira dama da cidade, Dona Olga Souza Santos – membro da Igreja Presbiteriana – que encaminhou um suposto especialista a fim de alegar a incoerência da possível obra, por estar em alinhamento inadequado na praça onde se situava.

Por esta conduta do poderio de Iporá, liderado por Israel Amorim, Dona Olga, Pais e Irmãos, o Pe. José Bessemans lançou uma praga para todos aqueles que eram “contrários as obras de Deus”. Talvez as coincidências religiosas pudessem realmente caminhar para um direcionamento mais racional, já que estamos em meados do século XX. Nem um lado nem outro deveriam travar tamanha insensatez, mas os tempos são outros.

Dentre as obras, além da reforma da igrejinha, havia a contrariedade, por parte dessas pessoas, segundo afirmações do Pe., em relação ao próprio

funcionamento da Escola Dom Bosco. Está escrito:

A parte oposta movimentou o inferno contra a escola e contra o Padre que sofreu afrontas, perseguições, ameaças de morte por parte de Israel de Amorim e sua mulher Dona Olga Souza Santos e família dos pais e irmãos dela. O Padre lançou a excomunhão e uma praga contra este povo perseguidor de Deus, suas obras e seus ministros. São eles cristãos renegados e a Olga é perjura as cautelas do casamento. “Excomungados e hão de morrer todos na miséria”. (TOMBO, 1951, p. 3).

A ampliação não foi feita e, por já ter iniciado as obras, com destruição em parte da sacristia e do telhado, houve um aprofundamento do problema que ameaçava toda a estrutura da igreja. A reforma só aconteceu para segurar e permanecer a estrutura da maneira como estava. Esta obra foi realizada pelo próprio Pe. Ciocci, que garantiu, até meados dos anos sessenta que a sede da paróquia ali permanecesse. O povo já acostumado com o espaço continuou, até que foram tomadas providências para a construção de uma nova sede, que originou numa grande e imponente sede da Igreja Católica Nossa Senhora do Rosário. Talvez a maior na região, fato que transformou a comunidade local, que aderiu ao novo templo, contribuindo para o crescimento dos fiéis na cidade de Iporá e região.

O fato é comprovado pelo crescimento paulatino, que a partir da construção da nova sede fora observado. É natural esse tipo de acontecimento. Até porque, nos dias atuais muito se estuda sobre a proposta da novidade, pela imagem criada resultante do que hoje chamamos de marketing religioso. Mas esse não é um assunto que cabe aqui e nem tão pouco podemos falar desse marketing em um tempo e um local tão remoto como era a Iporá dos anos sessenta.

A foto abaixo mostra como era a igreja e como ficou depois da reforma, já que ampliação não tivera por razões já comentadas. O local é onde se encontra o Terminal Rodoviária da cidade e por se tratar de uma construção já antiga na época da construção do terminal, não houve interesse por parte das lideranças políticas para uma possível conservação. O local era de interesse e não podia mais atender nem a igreja e nem a memória do povo, pois se tratava de uma valiosa ruína para os “fiéis” e não para o patrimônio histórico da cidade, se é que já existiu.



Figura 13 – Igreja Nossa Senhora do Rosário, antes da “reforma”.
 Fonte: Câmara Municipal de Iporá.

3.7 As festas religiosas em Iporá

As festas em Iporá possuem tradições de longas datas e as principais, por motivação católica, são as referentes aos santos e santas católicas. As que mais são festejadas: São Sebastião, comemorada em janeiro de cada ano; a festa do Sagrado Coração de Jesus, no mês de julho; a de Nossa Senhora do Rosário no mês de outubro e, finalmente, a de Nossa Senhora Auxiliadora, que ocorre, exatamente, no dia 24 de maio de cada ano.

O interessante de tudo isso que Nossa Senhora acabou perdendo certa força entre os fiéis iporaenses, por se tratar de uma festa que tivera o seu auge ainda no antigo distrito de Rio Claro, que, como já foi mencionado neste trabalho atraía centenas e centenas de pessoas para o referido local. Quando a paróquia foi transferida para Iporá, quem vai ganhar força será exatamente Nossa Senhora Auxiliadora, que como foi informado vai ser celebrada no dia 24 de maio, de cada ano.

Nossa Senhora do Rosário é comemorado em uma época em que coincide com dias chuvosos na região e a barracas em céu aberto eram prejudicadas, ficando a celebração na base eclesial, com missas e outras pequenas festanças. Além do

mais, ela era mais conhecida no antigo distrito e dependia muito da população afro que a adotou como, já foi mencionado antes, a santa como “protetora dos pretos”.

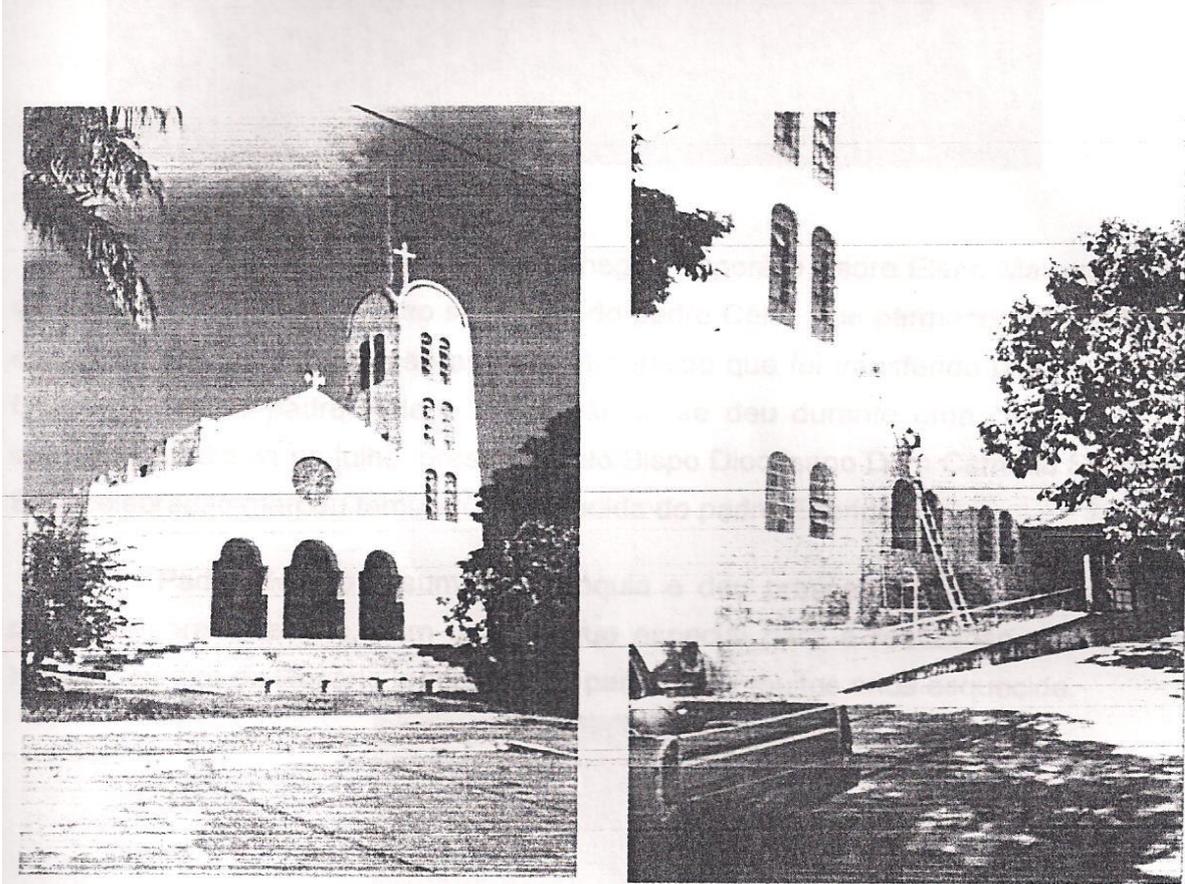


Figura 14 - Foto da Igreja Nossa Senhora do Rosário Nova. Fonte Igreja Católica de Iporá.

Em maio de 1954, porém, algo novo estava acontecendo. Iporá ganhava uma contribuição da paróquia local, que foi o Curso Normal Regional “Senhora do Rosário”. O curso era oferecido pela Igreja Católica, através da Escola Paroquial de Iporá.

Neste evento houve inclusive a presença de um representante da Secretaria da Educação da Capital Goiana. Os primeiros professores tiveram a incumbência de promover a educação de parte do povo iporaense, ocupando os espaços da primeira escola, que foi aquela fundada pela própria Igreja.

A Escola Dom Bosco, existente até aos dias atuais, foi o berço de vários estudantes, que posteriormente saíram da cidade em busca de um Diploma superior.

O curso serviu também outras escolas que surgiram em meio ao

desenvolvimento da cidade. Em foto da época é possível verificar o tamanho entusiasmo do povo e a alegria que os cercavam pela novidade proposta pela igreja:



Figura 15 - Curso Normal Regional da Igreja Católica Nossa Senhora do Rosário.
Fonte: Casa Paroquial da Igreja em Iporá.

Em meio a tantos acontecimentos em relação a igreja, o curso Normal regional foi preponderante na formação de várias pessoas, pois naquele tempo a equivalência do curso normal era ao do ensino médio e que possuía muito valor acadêmico. Estes puderam ocupar outros espaços, que não fosse aquele proposto pela Escola da Igreja.

A própria escola, que foi construída logo após a Escola Dom Bosco, chamada de Escola Israel de Amorim, se beneficiou dos formandos do Curso promovido pela Casa Paroquial. Eis a foto da Escola em questão:

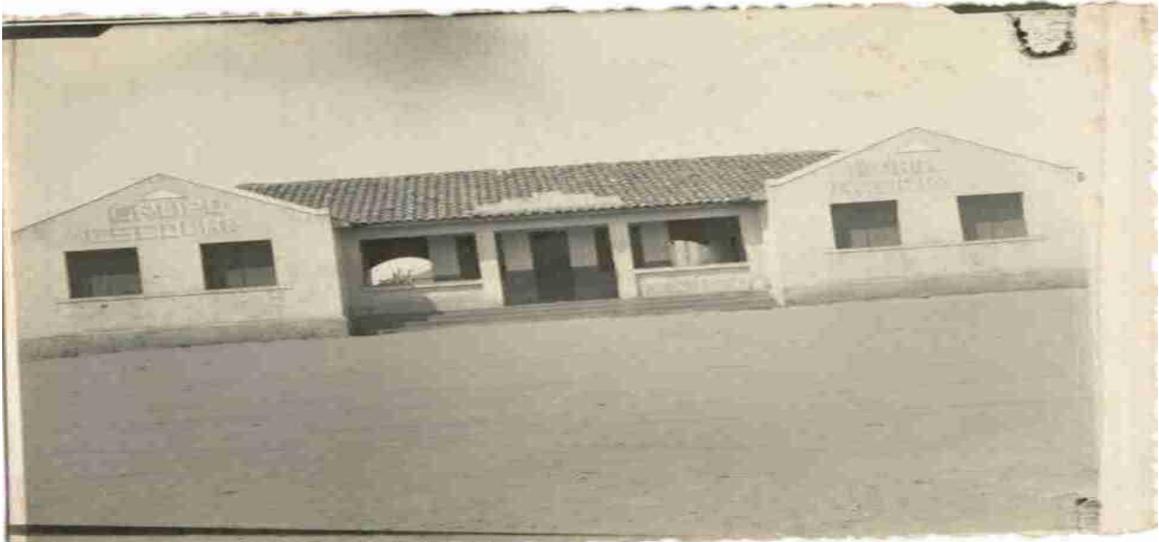


Figura 16 - Grupo Escolar Israel de Amorim. Fonte: Câmara Municipal de Iporá.

O benefício não ficou em absorver pessoas formadas na escola católica, mas em promover uma disputa de cunho religioso ideológico, que culminou com uma insatisfação da própria igreja católica, que percebia na escola construída pelo prefeito da época e que levava o seu nome, como um antro de pessoas destinadas a promover campanha contra a Igreja.

O Pe. Henrique Maria Ciocci, na página 3, escreveu: “A Escola Estadual “Grupo Escolar Israel de Amorim” é regido desde seu início até o presente por uma Diretora protestante e o professorado é escolhido entre protestantes e nele fazem explicações protestantes”. A verdade é que o Pe. Henrique norteou os dizeres ao ofício preconceituoso, da atuação educacional do Grupo Escolar Israel Amorim. Não haveria alternativa já que a Diretora e demais docentes eram protestantes, apesar de tudo, vivenciam uma tomada de decisão, que são das duas partes, em beneficiar o seu grupo religioso da maneira que podem e devem influenciar. Sejam Católicos ou protestantes o confronto estava aberto e o vencedor eram as instituições. Perdedores? Depende.

3.8 Acaba-se o ciclo: de nossa Senhora do Rosário a Nossa Senhora Auxiliadora

É compreensível esta transformação quando abordamos o tema e pesquisamos o assunto na cidade. Para tanto, devemos analisar o contexto em que

a paróquia estava inserida, quando destas opções de devoções ou escolha de padroeira. A história da Paróquia de Nossa Senhora do Rosário teve início no Brasil colônia, durante a fase da mineração, primeiro com a denominação do Senhor do Bonfim e depois se caracterizou com a devoção a Nossa senhora do Rosário.

Com o advento da Independência do Brasil, por influência dos dominicanos, que assumem a paróquia ainda no arraial de pilões, adotam como padroeira Nossa Senhora do Rosário, uma das santas mais populares na época do Brasil Colônia, pois na grande maioria das cidades brasileira havia uma igreja a ela dedicada e uma grande festa era celebrada em seu louvor.

Quando os missionários Salesianos assumiram a paróquia não conseguem impor a sua devoção no antigo arraial, sede da paróquia, pois, havia ali uma grande maioria negra remanescentes de escravos, responsáveis pela maioria das devoções a Senhora do Rosário.

É preciso antes descrever os movimentos que a própria igreja passou para impor uma nova devoção e, ao mesmo tempo, impor uma nova ordem, herdada de uma igreja mais voltada para os ritos europeus que propriamente os ritos abasileirados. Nesse contexto, que já foi, inclusive, discutido inclui um lembrar do que era a igreja da Nossa Senhora dos Pretos*, no Brasil Colônia. A igreja hierárquica se preocupou com essa distância existente entre a religiosidade popular, praticada no Brasil e a igreja conservadora romana.

Os bispos formados na França e em Roma, caracterizados por terem estudado no Colégio Pio Latino. Porém, com o início de Iporá os Salesianos tiveram a liberdade de impor a sua devoção. É nesse contexto que há o direcionamento para a adoração daquela santa que irá mudar o caminho da devoção da nova cidade surgida, ainda, no oeste de Goiás.

Quando foi construída a primeira igreja do povoado, foi dedicada a Nossa Senhora Auxiliadora, protetora dos salesianos. Em 1948, a Paróquia de Nossa Senhora do Rosário foi transferida para Iporá e no mesmo ano aconteceu a emancipação política da cidade e, por influência dos salesianos, a cidade adotou como padroeira Nossa Senhora Auxiliadora, onde em 1946 (segundo a Dona Duzinha, pioneira de Iporá) teve início a uma festa (em maio) a ela dedicada que,

* Nota-se que o referido está descrito neste trabalho, onde havia certa influência da comunidade negra, que ocupara o sertão goiano com a sua mão de obra. A influência religiosa, com a adoção da Santa protetora dos negros, também, foi registrado no segundo capítulo.

inclusive, acontece todos os anos, até hoje.**Nota-se que os Salesianos tinham uma força grande nessa perspectiva de um futuro bem próximo. Não podemos esquecer e é aqui que devemos enaltecer uma visão não só de paixão pela Santa, de nome Nossa Senhora Auxiliadora, mas, também, pelo fato de que o período de festividades, dedicado a Santa, coincide com o momento de bonança que aqui dizemos pós-colheita e período de “vacas gordas”, devido ao ciclo periódico de chuvas na região do oeste goiano. Esse assunto será já foi discutido antes, aqui está sendo feito apenas uma recondução do assunto. Com a transferência da Paróquia para Iporá a tradicional festa de Nossa Senhora do Rosário celebrada no antigo arraial, deixa de ser realizada, só retornando em 1954 com a chegada dos dominicanos. Porém, não conseguiu grande participação do povo, como na festa a Nossa Senhora Auxiliadora.

Os dominicanos através de Frei Henrique trouxeram a imagem de Nossa Senhora do Rosário para Iporá e iniciou a construção da Igreja Matriz a ela dedicada.

Quando os Passionistas assumem a paróquia em 1959, a festa a Nossa Senhora do Rosário ainda é celebrada por uns poucos anos e depois foi praticamente esquecida. Na Foto abaixo é possível perceber que a Imagem da Santa Nossa Senhora do Rosário, foi um marco para os fiéis na época em que ela foi trazida, do antigo povoado do Comércio Velho.

* *A entrevista com Dona Duzinha está presente no Trabalho de Sebastião Alves e Tiago Almeida, com o título de “A História da Paróquia Nossa Senhora do Rosário”, várias vezes citada no presente trabalho.



Figura 17 - imagem de Nossa Senhora do Rosário, quando trazida do antigo Povoado do Comércio Velho.

Fonte: Igreja Católica de Iporá.

Ela era a padroeira da Paróquia no antigo local e titular da futura sede da igreja que foi construída na quadra, que hoje se encontra - só que esta sede, com o nome de Nossa Senhora Auxiliadora - conforme documento de transferência contida neste trabalho.

Esta foto, também, é do acervo da Igreja Católica de Iporá, com presença no trabalho de Sebastião Alves e Tiago Almeida, intitulado de “A História da Paróquia de Nossa Senhora do Rosário em Iporá”. Foi um trabalho apresentado, ainda, no curso de graduação em História pela Universidade Estadual de Goiás. Sabemos da grandiosidade da observação científica dos autores neste trabalho.

Devemos tornar uma evidência no cenário espacial e religioso e porque não dizer cultural, pois se torna, a partir deste trabalho, importante instrumento para os futuros pesquisadores historiadores, que vão contar outras, que estejam associadas a esta. Até porque esta relevância sai do ciclo religioso e caminha para o que chamamos de cultura religiosa, muito discutida pelos geógrafos, nos tempos atuais. É a Chamada geografia religiosa, também, pois direciona o mapa de vivência territorial destas frentes.

Outro fator característico local que teve grande influência nas festas da paróquia de Iporá foi o econômico, pois de certa forma a paróquia sobrevivia financeiramente das festas. A de Nossa Senhora Auxiliadora é celebrada no mês de maio, logo após as colheitas e no período das desmamas das bezerras, alvos principais dos leilões.

Enquanto que a de Nossa Senhora do Rosário era no mês de outubro, mês chuvoso, época de plantio. "Na época da festa estava todo mundo plantando roça, não tinha muitas pessoas, que participavam das festividades e das rezas, ninguém tinha dinheiro"(Pe. Wiro). (Entrevista concedida em 28/10/2005, por Sebastião Alves de Jesus e Tiago Almeida Barros).

Na observação é possível esclarecer que Padre Wiro Van Vliet,, foi um dos

primeiros párocos na nova sede da Igreja Nossa Senhora do Rosário, agora em nova sede que será descrita logo mais.

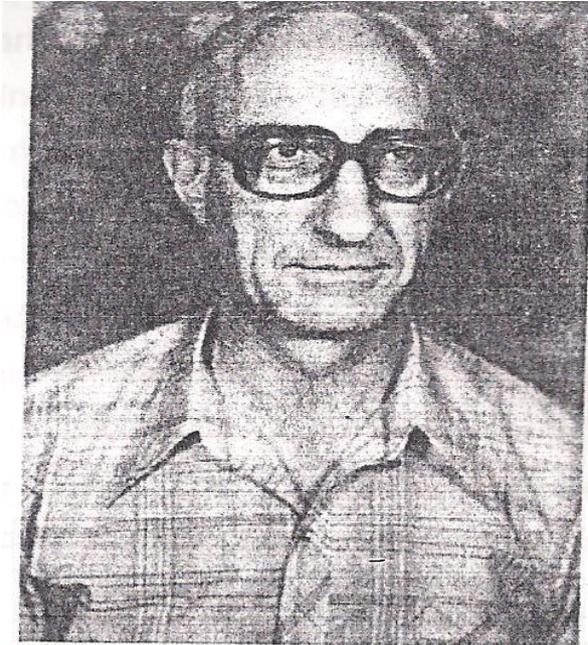


Figura 18 - Foto do Pe. Wiro – Chegou em Iporá, exatamente em 07/01/1964, sendo um dos primeiros a celebrar a missa na nova Igreja construída.

Fonte: Igreja Católica de Iporá.

Padre Wiro, sempre teve papel destacado à frente da paróquia Nossa Senhora do Rosário.

Muito querido por todos que o acompanhava, possuía forte influência na diocese de São Luis de Montes Belos. Várias vezes ouviam-se a necessidade de unificação, que se concretizara em 2010.

Mas cauteloso, sempre procurou ocupar-se por problemas mais gerais, que pudesse agradar aos fiéis de um e de outro lado. Faleceu no ano de 2006, quando havia se transferido para a paróquia São João da Cruz no Bairro Mato Grosso. Veja foto:

Por isso a festa que movimenta a paróquia de Nossa Senhora do Rosário até hoje é a de Nossa Senhora Auxiliadora, que a cada ano cresce ainda mais. São 33 dias de festa, sendo 30 dias girando nas casas dos romeiros, com a reza do terço, leitura bíblica e uma reflexão de um tema previamente escolhido para cada dia, e ao final é realizado um Tríduo (Três dias de celebração), na igreja Matriz.

A participação do povo aumentou ainda mais a partir do ano de 2002, quando começou a envolver também as Comunidades rurais na festa colocando-as uma, a cada dia, como parceira dos romeiros. Para acabar com esta confusão de padroeira é que se optou por unificar o título de Nossa Senhora tanto para o município quanto para a paróquia.

Para acabar com esta confusão de padroeira é que se optou por unificar o título de Nossa Senhora tanto para o município quanto para a paróquia.

Vale ressaltar que a paróquia não mudou de padroeira, pois como bem sabemos, Nossa Senhora do Rosário e Nossa Senhora Auxiliadora se refere à

mesma Maria, mãe de Jesus. O que muda a partir de agora é que tanto o município de Iporá, quanto a Paróquia e a igreja matriz adotam o título de Nossa Senhora Auxiliadora como padroeira.

Para tanto foi elaborado o documento final. Aquele que define o real intuito da igreja, de unificar e mudar a história de devoção da Santa que foi, por muito tempo, a padroeira do povoado, do distrito e por fim da igreja que recebeu a sua imagem e teve tantos anos de adoração pelos fiéis iporaenses. Percebe-se que a unificação do nome para Nossa Senhora Auxiliadora era uma questão de tempo, uma vez que, ao longo do trabalho há uma confluência para o acontecimento.

Agora a Igreja possuía uma íntima ligação com os padres passionistas e por eles estava sendo dirigida. Nessa ocasião os Padres Passionistas solicitaram oficialmente ao Bispo da Diocese de São Luis de Montes Belos – Dom Carmelo Scampa – onde a paróquia de Iporá está diretamente ligada, que a mudança do nome fosse oficializada.

Passaria a Paróquia de Nossa Senhora do Rosário para Nossa Senhora Auxiliadora. Neste documento Dom Carmelo afirma que estava acolhendo o pedido oficial que a ele foi dirigido na data de 22 de outubro de 2010, pelos padres passionistas de Iporá.

Diante do pedido, ele decretara que a Paróquia de Nossa Senhora do Rosário, a partir do dia primeiro de janeiro de 2011, passaria a ser titulada de Paróquia de Nossa Senhora Auxiliadora.

É evidente que, conforme a tradição católica a mãe de Jesus é única e os adjetivos a ela direcionada, tem a ver com as tendências da própria igreja católica. Em nada muda o espírito da devoção.

Afirma no documento que a mãe de Jesus continua sendo a padroeira de Iporá e que ela inspira a fé de todos os membros da paróquia. Inspira, na verdade, grande parte dos membros daquela comunidade. Afirma ainda:

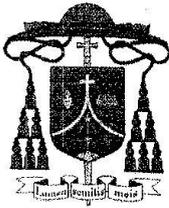
A mãe de Jesus, muito venerada na comunidade, continua sendo a Padroeira de Iporá; a inspiradora da fé do povo; o modelo para o discipulado; o guia seguro que sempre lembra “fazei tudo o que Ele vos disser”; Aquela que conserva e medita no coração cada palavra de Jesus; a mulher forte e firme que ao pé da Cruz confirma seu sim incondicional a Deus; Aquela que permanece junto com os discípulos nos primeiros anos da igreja nascente; a medianeira, a intercessora, a Mãe carinhosa e atenta às necessidades de seus filhos; Aquela que nos foi dada como Mãe do alto da Cruz, como ultimo ato de amor do Cristo morrente. (DECRETO de 19/12/2010).

No documento é ressaltada a importância espiritual, conquistada pela Romaria a Nossa Senhora Auxiliadora, que acontece sempre nos meses de maio. Nesse contexto ele menciona a necessidade de dar privilégio à Santa que conquistou o povo com a sua alegria, em decorrência da fama da festa a ela direcionada. Dom Carmelo direcional o documento dizendo:

Será oportuno e conveniente, porém, que na festa litúrgica de Nossa Senhora Rosário a comunidade de Iporá celebre com especial solenidade o título de Maria que acompanhou as primeiras décadas da evangelização na região e lembra também a passagem dos Frades Dominicanos. (DECRETO de 19/12/2010).

Após esse acatamento do pedido de todos os membros da igreja, que no próprio documento decretado, o próprio Bispo afirma “Irmãos e Irmãs da Comunidade de Iporá” e encaminhado pelos Padres Passionistas, foi necessário ainda o documento final, que está representada pela “Ata de Celebração de mudança de Título da Paróquia.

Esse documento foi oficializado no dia dezenove de dezembro de dois mil e dez e promove uma resposta ao documento abaixo informado:



Dom Carmelo Scampa
Bispo de São Luís de Montes Belos - GO

PAROQUIA DE NOSSA SENHORA AUXILIADORA EM IPORÁ

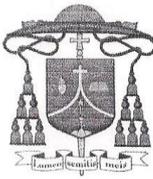
Aos queridos Irmãos e Irmãs da Comunidade cristã de Iporá: “a graça de Nosso Senhor Jesus Cristo, o amor do Pai e a comunhão do Espírito Santo estejam convosco”.

Acolhendo o pedido oficial que me foi dirigido em 22 de outubro de 2010 pelos Padres Passionistas de Iporá,

DECRETO

que a Paroquia de Nossa Senhora do Rosário, com o primeiro de janeiro de 2011, passe a ser chamada com o título de Paróquia de **Nossa Senhora Auxiliadora**.

A Mãe de Jesus, muito venerada na comunidade, continua sendo a Padroeira de Iporá; a inspiradora da fé do povo; o modelo para o discipulado; o guia seguro que sempre lembra “fazei tudo o que Ele vos disser”; Aquela que conserva e medita no coração cada Palavra de Jesus; a mulher forte e firme que ao pé da Cruz confirma seu sim incondicional a Deus; Aquela que permanece junto com os discípulos nos primeiros anos



Dom Carmelo Scampa
Bispo de São Luís de Montes Belos - GO

da Igreja nascente; a medianeira, a intercessora, a Mãe carinhosa e atenta às necessidades de seus filhos; Aquela que nos foi dada como Mãe do alto da Cruz como ultimo ato de amor do Cristo morrente.

As mudanças históricas e a importância espiritual e social que adquiriu a Romaria de Nossa Senhora Auxiliadora no mês de maio ao longo destas últimas décadas, aconselham de privilegiar o título de Maria como Auxiliadora dos Cristãos.

Será oportuno e conveniente, porém, que na festa litúrgica de Nossa Senhora do Rosário a comunidade de Iporá celebre com especial solenidade o título de Maria que acompanhou as primeiras décadas da evangelização na região e lembra também a passagem dos Frades Dominicanos.

Dado e passado na Cúria Diocesana de São Luís de Montes Belos, aos 19 de dezembro de 2010



+ *Carmelo Scampa*
Dom Carmelo Scampa
Bispo diocesano

Praça Dom Stanislaw Van Mellis, s/nº - CEP 76.100-000, Caixa Postal 02 - São Luís de Montes Belos - GO
Fone: (64) 3601-1064 - Fax: (64) 3671-1538 - e-mail: pecarmelo@cultura.com.br

Figura 19 e Figura 20 – Documento/ Decreto, que acata pedido de mudança da Paróquia .

Fonte: Igreja Católica de Iporá.

Na Ata de Celebração ocorrida na data citada e no interior da Paróquia, houve a proclamação de mudança. Somente com este documento é que se pode efetivamente declarar que a Igreja Matriz de Nossa Senhora do Rosário passe a Nossa Senhora Auxiliadora. No documento diz:

No dia dezenove de dezembro de dois mil e dez (19/12/2010), às 19h30, na Igreja Matriz da Paróquia Nossa Senhora do Rosário, em Iporá, Goiás, aconteceu a Celebração Eucarística de proclamação da mudança de título desta paróquia, que agora passa a ser chamada de **Paróquia Nossa Senhora Auxiliadora**. (ATA DE CEBRAÇÃO DE MUDANÇA DE TÍTULO DA PARÓQUIA, 19/12/2010).

A celebração foi presidida pelo próprio Dom Carmelo e concelebrada pelo pároco da cidade, Padre José Roberto do Reis. Os vigários paroquiais também fizeram parte da celebração, Padre Tarcílio José da Maia e Padre Melquíades Lima Filho. As vinte e sete comunidades que compõem a paróquia foram representadas pelos fiéis que vieram para assistir ao ato tão importante para todos os católicos iporaenses. Ressalta o documento o momento mis importante da celebração:

Contudo o momento ápice de festa, de devoção e de integração dos paroquianos, acontece na festa de maio, quando é realizada a Romaria de Nossa Senhora Auxiliadora. Esta festa movimenta todo o município de Iporá, como também toda a região, atraindo muitos romeiros. (ATA DE CEBRAÇÃO DE MUDANÇA DE TÍTULO DA PARÓQUIA, 19/12/2010).

Contudo a dimensão da festa dedicada a Nossa Senhora Auxiliadora é realmente muito grande. A população de Iporá sempre aguarda os acontecimentos da festa. Ela, porém, não aglutina somente católicos. Talvez o cunho comercial tenha muito significado para outras religiosidades que se juntam ao povo no intuito de conhecer novidades que se espalham pelas centenas de barracas ao longo das avenidas e ruas da cidade. É verdade que são trinta e três dias de romarias, que os fiéis se deleitam no universo religioso, com rezas, leilões e demais apetrechos componentes do ritual católico. Mas é verdade, também, que na semana da festa, que se aproxima do dia 24 de maio, as pessoas se juntam para comer, dançar, beber e rever os amigos e familiares. São pessoas que vem de longe com este intuito. Não deixa de ser uma ótima oportunidade para conhecer o verdadeiro intuito da festa, que é o de louvar a fé do povo em prol de Nossa Senhora auxiliadora. O

documento que este trabalho faz referência está caracterizado na imagem abaixo:



PARÓQUIA NOSSA SENHORA AUXILIADORA

Diocese de São Luís de Montes Belos

Site: www.auxiliadoraipora.com.br E-mail: auxiliadoraipora@gmail.com

Av. Pará, nº 491, Centro, Iporá – GO,
CEP: 76.200-000, Caixa Postal 21
Fone: (64) 3674-1540

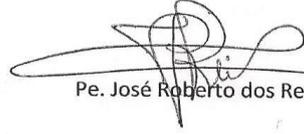


ATA DA CELEBRAÇÃO DE MUDANÇA DE TÍTULO DA PARÓQUIA

No dia dezenove de dezembro de dois mil e dez (19/12/2010), às 19h30, na Igreja Matriz da Paróquia Nossa Senhora do Rosário, em Iporá, Goiás, aconteceu a Celebração Eucarística de proclamação da mudança de título desta paróquia, que agora passa a ser chamada de **Paróquia Nossa Senhora Auxiliadora**. A celebração foi presidida por Dom Carmelo Scampa, Bispo da Diocese de São Luís de Montes Belos, e concelebrada pelo Pároco, Pe. José Roberto dos Reis, e pelos vigários paroquiais, Pe. Tarcílio José da Maia e Pe. Melquíades Lima Filho. A igreja estava completamente tomada pelos fiéis, que vieram de todas as 27 comunidades que compõe a paróquia. Durante a celebração foi lembrado e reconhecido, que a devoção mariana dos fiéis desta paróquia é grande. Ela é demonstrada na reza do terço durante as festas das comunidades, entre as famílias, junto aos membros das pastorais, ministérios e movimentos. Contudo, o momento ápice de festa, de devoção e de integração dos paroquianos, acontece na festa de maio, quando é realizada a Romaria de Nossa Senhora Auxiliadora. Esta festa movimentava todo o município de Iporá, como também toda a região, atraindo muitos romeiros. São trinta dias de intensa, harmoniosa e bem organizada festa. Com ela os paroquianos tem se identificado, fazendo dela a principal festa da paróquia. Por estes fatos foi concedida a mudança de título, lembrando as palavras de Dom Carmelo no documento lido pelo pároco durante a celebração: *“A Mãe de Jesus, muito venerada na comunidade, continua sendo a Padroeira de Iporá; a inspiradora da fé do povo; o modelo para o discipulado; o guia seguro que sempre lembra ‘faizei tudo o que Ele vos disser’; aquela que conserva e medita no coração cada Palavra de Jesus; a mulher forte e firme que ao pé da Cruz confirma seu sim incondicional a Deus; aquela que permanece junto com os discípulos nos primeiros anos da Igreja nascente; a medianeira, a intercessora, a Mãe carinhosa e atenta às necessidades de seus filhos; aquela que nos foi dada como Mãe do alto da Cruz como ultimo ato de amor do Cristo morrente”*. Ao final da celebração, Dom Carmelo entregou ao Pe. José Roberto um quadro com a bênção apostólica do Papa Bento XVI, para esta paróquia que a partir de então passa a invocar Maria Santíssima sobre o Título de Auxiliadora. Não tendo mais nada a tratar, foi lavrada a presente ata, que será assinada pelo Bispo Diocesano e pelos padres presentes à celebração.

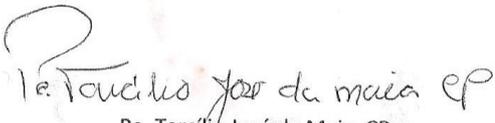


Dom Carmelo Scampa



Pe. José Roberto dos Reis, CP.





Pe. Tarcílio José da Maia, CP.



Pe. Melquíades Lima Filho, CP.

Figura 21 – Ata da celebração da mudança da Paróquia. Fonte: Igreja Católica de Iporá.

Finalmente, como é percebido, na Ata Dom Carmelo entregou ao Padre José Roberto o quadro com a benção apostólica do ainda Papa Bento XVI, que passou a glorificar o que os católicos chamam de Maria Santíssima, com o título, a partir de agora, de Auxiliadora. E se despede o Dom Carmelo Scampa, assinando o documento os Padres presentes: José Roberto do Reis, Tarcílio José da Maia e Melquíades Lima Filho.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho contou com uma participação bastante popular, quando falamos em personagens essenciais, que dão qualidade ao que foi descrito. Claro, estamos falando de uma imagem, que é a Santa Senhora do Rosário. Para os fiéis que possuem uma estreita ligação com ela é perfeitamente perceptível o que se propõe. Falar da trajetória da igreja, representada por esta imagem tão popular e tão querida, se tornou até fácil. Tendo em vista que o trabalho delimitou a sua trajetória, desde os idos do Comércio Velho e finalizando – o que foi o ápice do trabalho – na cidade de Iporá.

Dessa maneira a viagem aos idos do século XVIII, chegando ao Arraial do Bonfim, depois Arraial de Pilões, Distrito Diamantino do Rio Claro, Comércio Velho, Distrito do Rio Claro, Itajubá e, finalmente, chegando a Iporá, foi extremamente prazeroso. Percebe-se que a região não estava fora da esfera governamental da época e que a sua capacidade produtiva serviu em muito a Coroa Portuguesa e, depois, os interesses da província de Goiás.

Concomitante a esta estratégia do governo português, estava também os interesses episcopais, pelas quais passam os interesses da religiosidade, presente no espaço geográfico, onde se concentra os rios: Claro e Pilões. E por falar de espaço geográfico, o estudo foi ousado ao discutir e intermediar geografia agrária e cultural com a história. Até porque, o que se pretende é isso mesmo. Mesclar para resultar em um trabalho de proposta desafiadora. Para o historiador essa necessidade acaba preenchendo uma lacuna de conversação pouco difundida e muitas vezes pouco ousada, por viajar em um terreno cultural que não inspira muita confiança para ele. Não por ser ele um ignorante no assunto. Mas sim, por ser um terreno muito fértil, onde merece pesquisas em campos não andados.

Foi-se então lançado o desafio. Organizar o trabalho levou tempo. Não no sentido de demorar realizar; no sentido do recorte temporal, que exigia a compreensão da mudança de um local, aqui chamado de espaço, para um primeiro, depois outro, até chegar a cidade que é Iporá atualmente. Juntamente com essa perspectiva de mudança, mudou-se, também, a religiosidade, acompanhada pelo mais importante: a fé do povo. Religiosidade aqui definida como a mudança de uma entidade para outro. Foi o caso de, primeiro, haver a devoção ao Senhor do Bonfim

e, logo depois, para Nossa Senhora do Rosário.

Percebe-se assim, que durante os anos que vão passando as pessoas que faziam parte daquele povoado – digo “povo” – vão seguir, num primeiro momento, o movimento econômico de um determinado ciclo que o país, a província de Goiás e, até mesmo, a região em estudo, estava passando. Num segundo plano, havia as orientações políticas, que num ato de escolha territorial e melhor comodidade, interfere no destino do espaço destinado aos moradores e, ao mesmo tempo, na vida daqueles que procuravam melhoria de vida. É nesse momento que a igreja não perdeu os rumos traçados pelas autoridades eclesiais da época. Percebe-se que a igreja esteve presente no Arraial do Bonfim, dando inclusive o nome ao Arraial e demonstrando a grande influência que a igreja tinha na época para, inclusive, definir nomes para determinados espaços, ocupando-se da sua forte proximidade com o poder estabelecido.

Quando se muda para Arraial de Pilões, o espaço continua sendo o mesmo. A igreja continuava sendo a mesma. É lembrado, inclusive, da imponência da igreja, que se ocupava por numerosos membros fiéis, vindo de toda a região e até de outros estados do Brasil. Portanto quando no trabalho é citada a influência da igreja católica, não é difícil entender tal afirmação. Ela esteve presente nos momentos de bonança e, também, de declínio, quando o momento era econômico. A igreja, juntamente com seus santos e devotos, fiéis aos seus cultos, era parte integrante do desenvolvimento do interior do Brasil.

Na transferência para o novo povoado chamado de Comércio Velho, mudou-se também a devoção, que era antes em referência ao Senhor do Bonfim, agora passara a Nossa Senhora do Rosário. Daí para cá a vivência no antigo povoado do Comércio Velho obteve auge e declínio, o que não enfraqueceu a entidade religiosa chamada de Nossa Senhora do Rosário. Durante todo o tempo em que Comércio Velho esteve atuante, abrigando as pessoas que por ali passavam, a entidade religiosa estava presente. Quando falamos sobre influência da religiosidade na formação do povo iporaense, falamos sobre essa relação próxima, que a igreja construiu ao longo dos anos. Não dá pra separar o povo de sua fé. Elas, juntas, nesse caso específico, são primordiais para esclarecer os movimentos migratórios em espaços ocupados, que constroem um determinado território.

A chegada ao espaço, denominado aqui de Iporá, possuiu outros nomes

derivados do antigo local de origem. Aqui, primeiramente, vai ser chamado de Distrito de Rio Claro – não aquele Distrito Diamantino, no começo da cidade em terras mais distantes – depois, Itajubá. Finalmente, Iporá em 1938. Como é percebido no texto houve, também, a transferência da Senhora do Rosário para cá. Esta entidade era de suma importância para a fixação das pessoas no antigo povoado do Comércio Velho. Quando surge este novo espaço para a construção da nova cidade, surge a necessidade de transferência da entidade, também. Assim assistiremos a uma demanda, constatada nos estudos, onde Nossa Senhora do Rosário, em meio às mudanças do comando eclesial vai permanecer com o nome á sede da paróquia local. A festa dedicada a ela, não será aquela que atenderá o novo município. Mas permanecerá sendo cultuada e adorada por muitos remanescentes do local antigo onde ela estava instalada.

A Santa Nossa Senhora Auxiliadora, já em Iporá, aos poucos vai buscando o seu espaço. As novas lideranças eclesiais, vão observando que o cenário econômico da cidade, dava suporte ao crescimento dessa nova entidade. Assim, ao longo dos anos, com o crescimento da cidade, com a chegada de novas pessoas e fiéis a Senhora Auxiliadora ganhará mais destaque. Porém a divisão dos fiéis quanto a nomenclatura da devoção permanecerá dividida e ainda permanece até os dias atuais. Lembramos, porém, que a transmissão do nome da paróquia de Nossa Senhora do Rosário para Nossa Senhora Auxiliadora, amputou o futuro da Senhora do Rosário na cidade. Mesmo que a festa a ela dedicada, que ocorre no me de outubro, continue na memória e até na celebração de alguns, não é percebido que ela terá a mesma pujança da atual Senhora do Rosário.

É por isso que destacamos o início o meio e o final de sua saga. Talvez numa premonição do que vai acontecer, pois é verdade que quanto mais espaço uma determinada entidade possui, mais ela cresce. Quanto àquelas que não são lembradas, ou quase não são, o destino é ser referência para uns poucos e a cessão do espaço para, no caso, a outra.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

ADUCCI, Edésia. *Maria e Seus títulos Gloriosos*, 2ª Ed., São Paulo. Loyola, 1998.

ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. *Os índios na história do Brasil. Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 30, nº 59, p. 279-282 – 2010.

Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina – 20 a 26 de março de 2005 – Universidade de São Paulo - Território e Territorialidade: uma perspectiva geográfica para o estudo da religião.

ANDREONI in: <http://www.culturabrasil.org/ouronobrasil.htm>.

BERTRAN, Paulo. **Uma Introdução à História Econômica do Centro-Oeste do Brasil.**

BOSI, Alfredo. *História Concisa da Literatura Brasileira*, 39ª ed. São Paulo. Cultrix, 1994.

BOXER, C. R. (1977). *A Mulher na Expansão Ultramarina Ibérica*. Lisboa, Livros Horizonte.

Brasília: CODEPLAN, Goiás: UCG, 1988.

CORREA, R.L. *Sobre o assunto consulte-se o estudo de John Brownell "On the Necessity and Inevitability of Uneven Spatial Development under Capitalism". International Journal of Urban and Regional Research*, 8(2), 1984.

CORREA, R.L., 1987. "Gestão do Território - Reflexões Iniciais", in LAGET, Textos, mimeografado.

CORREA, R.L., 1990. "Estratégias Espaciais do Capital", in Contribuições Científicas - Resumos, Associação dos Geógrafos Brasileiros, 8º Encontro Nacional de Geógrafos, Salvador.

CORREA, R.L.. "Corporação e Organização Espacial - Um Estudo de Caso", inédito, a ser publicado na Revista Brasileira de Geografia.

ELIADE, M. O sagrado e o profano: a essência das religiões. Lisboa: Livros do Brasil, 1959.

GARCIA, Elisa Frühauf. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 30, nº 59, p. 279-282 – 2010.

GOMIS, Moisés Alexandre. *Uma viagem no tempo: de Pilões a Iporá*. 1ª Ed., Iporá: Gráfica e Editora Nova Página. 2002.

<http://bndigital.bn.br/redememoria/pindigenas.html> as 16:25min do dia 20 de janeiro de 2013.

<http://www.portalsaofrancisco.com.br/alfa/visconde-de-taunay/goyaz-3.php> as
22:16min do dia 25 de novembro de 2012.

GUANICUNS. Revista da Faculdade Anicuns. Vol. 7 N° 11 – 2012. ISSN 1807 – 4561. Anicuns-GO : GVM, 2012 .

MACÊDO FILHA, M. B. **A Trajetória do Diamante em Goiás**. Dissertação de Mestrado no Programa de História das Sociedades Agrárias da UFG, Goiânia, 1990.

MORSE, Richarde McGee. O Espelho de Próspero: Culturas e Idéias nas Américas. Tradução Paulo Neves, Companhia das Letras, São Paulo, 1988.

PALACÍN, Luis. História de Goiás 1722-1975. 2ª Ed., Edigraf – Editora da UFG – Goiânia, 1975.

RIBEIRO DE OLIVEIRA, P. “Adeus à sociologia da religião popular”. *Religião e Sociedade*, V 18, nº 2. 1997, pp 43-62.

ROZENDAHL, Zeny. Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina – 20 a 26 de março de 2005 – Universidade de São Paulo - Território e Territorialidade: uma perspectiva geográfica para o estudo da religião.

ROZENDAHL, Zeny. *Geografia e Religião: uma proposta*. Nepec/Departamento de Geografia – UERJ, 1995.

SAINT-HILAIRE, Auguste de .**Viagem à Província de Goiás**. Belo Horizonte/Itatiaia.

SALLES, Gilka Ferreira Vasconcelos de. Economia e Escravidão na Capitania de Goiás. Editora da Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 1983.

SANTIAGO, Emerson. A marcha para o oeste. Estudos sobre o Brasil da década de trinta. Infoescola, São Paulo, 2012. Consultado em: <http://www.infoescola.com/historia-do-brasil/marcha-para-o-oeste/>.

SANTOS, Milton. Por uma Geografia Nova. São Paulo, Hucitec-Edusp, 1978. São Paulo/USP, 1975.

SCARANO, Julita. Devoção e Escravidão: a Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos no Distrito de Diamantino no século XVIII. 2ª Ed., São Paulo: Cia. Ed. Nacional (Coleção Brasileira v. 357), 1978.

SOARES, *Maria de Carvalho*. *Devotos da Cor. Identidade Étnica, religiosa e escravidão no Rio de Janeiro, século XVIII*. 1ª Ed., Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

SOUZA, Julita Beatriz Almeida. Viagens do Rosário a Velha Cristandade e Além Mar. *Estudos Afro-Asiáticos*, 23, nº 2, Rio de Janeiro, 2001. Consultado em www.scielo.br/scielophp?pid=S0101_546x .

SPÓSITO, Maria da Conceição Beltrão. *Capitalismo e Urbanização*. Contexto, São

Paulo, 1997.

TODOROV, Tzvetan. A conquista da América: a questão do outro – Tradução de Beatriz Perrone Moisés. Martins Fontes, São Paulo, 1993.